

A pesquisa qualitativa

Enfoques epistemológicos e metodológicos

Jean Poupart
Jean-Pierre Deslauriers
Lionel-H. Groulx
Anne Laperrière
Robert Mayer
Álvaro Pires

Tradução de Ana Cristina Nasser

 EDITORA
VOZES

Petrópolis



COLEÇÃO SOCIOLOGIA

Coordenador: Basílio Sallum Jr.

- *A educação moral*

Émile Durkheim

- *A pesquisa qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos*

VV.AA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A pesquisa qualitativa : enfoques epistemológicos
e metodológicos / tradução de Ana Cristina
Nasser. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2008. –
(Coleção Sociologia)

Título original: La recherche qualitative

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-326-3681-2

1. Ciências sociais – Pesquisa – Metodologia

2. Pesquisa qualitativa I. Série.

08-03166

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa qualitativa : Metodologia :

Ciências sociais 300.72

31/08/10
texto é um gr
balanço bibliográfico; m
vital, mas para a profun
climas iniv- gntes padron
perder

A observação direta e a pesquisa qualitativa

Mylène Jaccoud
Robert Mayer

De modo geral, a observação dos fenômenos, qualquer que seja a sua natureza, constitui o núcleo de todo procedimento científico. Os fundadores das ciências sociais e, mais precisamente, os fundadores da sociologia, fizeram da observação o critério fundamental do conhecimento, com os fatos sociais tornando-se, nos primórdios do desenvolvimento dos métodos nas ciências sociais, os "sujeitos de observação"¹/A observação se afirmou, portanto, como uma condição primeira da construção do saber nas ciências sociais (assim como nas ciências puras), por uma relação, mas também por um distanciamento entre o sujeito e o objeto/Em nome de um certo "rigor científico", ou de uma preocupação com a "verdade" e a "objetividade", conceberam-se "instrumentos de medida", "técnicas" e "métodos" de pesquisa, para permitir a observação, a compreensão ou a explicação dos fenômenos sociais. Mas, ainda que a observação tenha aparecido muito cedo na história do desenvolvimento do pensamento científico, como o modo de construção do conhecimento por excelência (por exemplo, nos gregos antigos, por meio de Aristóteles), será preciso esperar vários séculos para que uma metodologia da observação se esboce e se enraíze no meio universitário.

A observação enquanto prática de pesquisa nas ciências sociais, estendida ao domínio da pesquisa qualitativa, constitui o objeto deste capítulo²/Diferentes denominações foram e são utilizadas para designar esse tipo de abordagem: observação participante, observação direta, ou observação *in situ*³/Porém, cada vez mais,

1. Augusto Comte afirmava, em seu *Cours de philosophie positive* (1830-1842), que "a observação dos fatos é a única base sólida dos conhecimentos humanos", os fatos sociais devendo ser considerados como "sujeitos de observação", mais do que como "sujeitos de admiração ou de crítica" (GRAWITZ, 1979: 98).

2. A ligação quase "natural" entre a abordagem por observação e a abordagem qualitativa não deve deixar esquecer que uma tradição quantitativa também atua no trabalho de campo por observação, seja no que se refere à coleta dos dados (o uso de um questionário, por exemplo), ou no que concerne à análise dos dados.

3. A expressão "observação pessoal" é utilizada, inicialmente, pelos Webb (WEBB & WEBB, 1932: 50) e é aproximadamente no final dos anos 1930 que o termo "observação participante" parece fazer sua incursão em sua acepção atual (PLATT, 1983). Deve-se a Hughes a expressão "observação *in situ*", ou "observação direta, para significar o estudo das ações coletivas e dos processos sociais por meio das interações diretas (CHIAPOULIE, 1984).

esse estilo de pesquisa se aproxima da abordagem mais geral do trabalho de campo (BURGESS, 1982; CHAPOULIE, 1984). Entretanto, a observação figura sistematicamente ao lado das outras técnicas de coleta do material qualitativo, tais como a entrevista, os relatos de vida, ou ainda a pesquisa documental, nos manuais básicos sobre os métodos de pesquisa nas ciências sociais.

Nós não nos lançaremos, de imediato, em uma definição da observação no trabalho ou na pesquisa de campo (o que os Anglo-Saxões designam por *field work* ou *field research*) – veremos até que ponto estas definições dependem das orientações ou das tradições teóricas de cada um. Mencionemos, contudo, que a observação, enquanto procedimento de pesquisa qualitativa, implica a atividade de um pesquisador que observa pessoalmente e de maneira prolongada situações e comportamentos pelos quais se interessa, sem reduzir-se a conhecê-los somente por meio das categorias utilizadas por aqueles que vivem essas situações (CHAPOULIE, 1984: 585). Precisemos às principais características. Trata-se de uma técnica direta, já que há um contato com informantes. Trata-se, também, de uma observação não-dirigida, na medida em que a observação da realidade continua sendo o objetivo final e, habitualmente, o pesquisador não intervém na situação observada. Trata-se, ainda, de uma análise qualitativa, uma vez que entram em jogo anotações para descrever e compreender uma situação, mais do que números para enumerar as freqüências de comportamentos (ANGERS, 1992: 131).

Esse procedimento se harmoniza com uma sociologia que coloca no centro de seu objeto de estudo, não fatos constituídos, à maneira de Durkheim, mas sim ações coletivas e processos sociais que podem ser em parte apreendidos por meio de interações diretas, cuja significação – cabe não negligenciar – não é determinada previamente.

Como qualquer outro método qualitativo, a pesquisa por observação suscitou controvérsias e debates que encorajaram seus “praticantes” a produzir, principalmente a partir dos anos 1950, relatórios detalhados sobre as condições nas quais as pesquisas são realizadas, bem como sobre os problemas práticos encontrados (CHAPOULIE, 1984), ainda que o trabalho de campo seja, no presente momento, amplamente documentado. As questões mais debatidas, mais comentadas, e, enfim, mais documentadas concernem, sobretudo, à posição e ao papel do observador, sua relação com o campo de pesquisa, o lugar da observação no procedimento de pesquisa, os critérios de validade e de confiabilidade, a amostragem ou a seleção do local de observação, a construção das categorias de análise, a produção teórica, o problema da generalização dos resultados e as questões de ordem ética.

Algumas referências históricas

Tentar traçar as origens da observação é já reconhecer um dos fundamentos metodológicos desta abordagem, ou seja, o distanciamento em relação ao objeto⁴. De fato, as premissas metodológicas da observação se confundem, desde o início, com a sua emergência. A alteridade, uma consequência da observação, é, sem dúvida alguma, o elemento que faz germinar a observação, não somente enquanto atividade humana, mas enquanto prática política, social e científica. Em consequência do distanciamento e da exterioridade, a observação também reproduz, desde suas origens, as relações de poder assimétricas entre dominados-observados e dominantes-observadores. Como o lembra Leclerc (1979), a observação, qualquer que seja seu objeto, não ocorre, inicialmente¹, entre indivíduos da mesma posição social, “ela acontece mais entre indivíduos tendo estatutos sociais e culturais heterogêneos, entre membros de classes ou de culturas diferentes” (LECLERC, 1979: 51); classes ou culturas mais amiúde percebidas e definidas como inferiores. É, efetivamente, no contexto das conquistas dos povos que surgem os primeiros relatórios de observação, produzidos pelos comerciantes e pelos embaixadores desde o século V a.C. (WAX, 1971; DOUGLAS, 1976). A primeira inserção da observação é, portanto, antes de tudo, política. Relatos de viagens são publicados na Europa, na metade do século XVI, mas eles só constituem, aqui, uma curiosidade pré-científica, como o qualifica Leclerc (1979: 47), já que ainda não são acompanhados de uma metodologia da observação. Esta metodologia toma forma em dois momentos, ou, ao menos, elabora-se sincronicamente aos dois pólos da relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto. Entre os séculos XVI e XVIII, as obras sobre a observação se referem, principalmente, ao *objeto*, e organizam-se em torno do que observar. No século XVIII, elas se separam do objeto, para se centrar no *sujeito* e indicar *como* observar. O manual de investigação etnológica de Joseph-Marie de Gérando, publicado em 1800, assinala, certamente, uma mudança decisiva, ao trabalhar a via de sistematização dessa prática: Em *Considérations sur les diverses méthodes à suivre dans l'observation des peuples sauvages*, Gérando já estabelece os princípios fundadores de uma metodologia da observação, ao nela criticar “as estadias muito curtas, que conduzem a observações fragmentares e não-padronizadas [...]; os informantes e depoimentos duvidosos; a ignorância da língua, e, portanto, da cultura observada; a ausência de métodos e modelos; o etnocentrismo e o apriorismo; a ingerência entre o observador e o sujeito observado” (LECLERC, 1979: 49-50). Nós veremos que o século XX é pautado pelos questionamentos e debates concernentes à maneira de dissociar o sujeito do objeto para produzir o sentido.

4. Este fundamento metodológico se diluiu bastante, sob influência de pesquisadores que, em seus estudos, focam menos nos objetos socioculturalmente distintos, e sim nos objetos que pertencem ao seu mesmo universo sociocultural. Como o veremos, essa evolução se realizará mais tardiamente.

Leclerc (1979) aponta, então, que, ao longo dos anos, a observação do homem se baseou, principalmente, no “estrangeiro”, no “outro”, tal qual o percebia a classe dominante: “selvagem” das terras conquistadas; “proletário” das cidades industriais. À etnologia dos missionários e dos colonizadores correspondeu a “pauperologia” dos filantropos burgueses do século XIX. Assim, a observação será muito cedo abundantemente utilizada, em primeiro lugar, pela etnologia nascente, depois, pelo movimento das investigações sociais⁵.

A institucionalização do procedimento da observação no meio universitário se esboça aproximadamente no fim do século XIX e início do XX (BURGESS, 1982). Instrumento de redução da distância física e material entre o sujeito e o objeto nos meios “exóticos”, a observação se tornará também um instrumento de redução da distância cultural e social entre o sujeito e o objeto nos meio marginalizados⁶. Na Grã-Bretanha, por exemplo, ela foi aplicada no final do século XIX, pela equipe de Booth⁷ para pesquisar o ambiente da pobreza em Londres (EASTHOPE, 1974). Segundo Wax (1971), esta é a primeira vez em que os dados estatísticos se combinaram à entrevista e à observação participante.

Nos Estados Unidos, é por volta dos anos 1920 que os sociólogos da Escola de Chicago utilizam a observação direta para estudar o meio urbano. Sob a influência de R.E. Park (nos anos 1920), e, depois, a de seu aluno, E.C. Hugues (nos anos 1940), a observação encontra um lugar central nos métodos de pesquisa. Na concepção de Park, antigo jornalista, a observação constitui uma abordagem situada na intersecção da tradição antropológica e da tradição jornalística. Esta “etnosociologia” originará a publicação de inúmeras monografias⁸ sobre os diferentes bair-

5. Em essência, tratava-se de colher informações sobre as condições de vida das classes populares. Os filantropos da época desejavam encontrar aí um meio para melhor delimitar os “desviantes”, e, sobretudo, reduzir a incerteza quanto às classes ditas perigosas. Também se pretendia, na ocasião, fundamentar a caridade na ciência, eliminando, assim, os “maus pobres”. Acrescentava-se igualmente uma preocupação moral: a de tornar laboriosos os ociosos. É, portanto, sob uma certa perspectiva de “redirecionamento” e de “moralização” das classes populares, que se podem situar essas novas práticas de investigação e intervenção sociais. A sociologia, a criminologia, assim como o serviço social, são herdeiros dessas práticas (DONZELOT, 1976; LASCOUMES, 1976; VERDÉS-LEROUX, 1978).

6. Se, no início, a observação serve para pesquisar os meios sociais marginais e considerados como inferiores, reproduzindo um modelo de coleta de informações de cima (o sujeito observante) para baixo (o sujeito observado), ela tenderá, mais tarde, a também reduzir a distância social e cultural, porém, desta vez, de baixo (o sujeito observante) para cima (o sujeito observado).

7. C. Booth, *Life and Labour of the People of London*. Londres: Macmillan, 9 vol., 1892-1897. As pesquisas de Booth sobre o ambiente da pobreza constituem as primeiras monografias clássicas na sociologia.

8. Entre os grandes clássicos, pode-se citar o estudo de Anderson (1923) sobre os mendigos de um bairro de Chicago, o de Thrasher (1927) sobre o fenômeno das gangues, assim como uma das pesquisas mais marcantes da história da observação participante, a de Whyte, *Street Corner Society* (1943). Whyte viveu três anos e meio (aproximadamente no final dos anos 1930) em um bairro pobre de imigrantes italianos da cidade de Boston, para analisar sua organização e estrutura sociais.

ros e grupos sociais (LAPERRIÈRE, 1984: 228) e recorrerá a outras técnicas que serão imediatamente utilizadas, complementarmente à observação direta: fontes documentais, fontes estatísticas, entrevistas e questionários (BURGESS, 1982). Assim é que, hoje, a pesquisa de campo é considerada como um método que permite produzir dados a partir de observações sobre um meio social determinado, incluindo a coleta e a análise de materiais documentais (arquivos, jornais, documentos pessoais), de depoimentos de informantes-chaves e de entrevistas/Esse amálgama de instrumentos, por vezes complementares, torna o caráter do procedimento por observação mais complexo, no sentido de que o termo "observação" pode ser empregado tanto para designar um tipo de coleta dos dados pelo próprio pesquisador (a observação *in situ*), quanto um tipo de relação com os objetos-sujeitos pesquisados; isto é, o de um contato mais ou menos íntimo (CHAPOULIE, 1993: 2)/

A observação direta foi igualmente muito utilizada no estudo das comunidades rurais, principalmente por volta do final do século XIX, na França, por influência de Le Play, iniciador do método monográfico na sociologia⁹. Durante o período do pós-guerra, grandes investigações sociológicas foram realizadas, tanto nos Estados Unidos (Warner, Lynd), quanto na Europa (Bettelheim, Morin), onde a observação participante foi abundantemente utilizada para estudar comunidades locais ou rurais¹⁰.

É também nessa época que o uso da observação direta começa a se diversificar. Não é mais o caso de pesquisar exclusivamente os meios estranhos ao pesquisador, ou considerados como inferiores¹¹. O estudo de meios menos estigmatizados ou mais próximos da situação social do pesquisador, sendo-lhe até francamente superiores, torna-se um novo centro de interesse¹². Nesse sentido, a observação do outro ou do semelhante insere-se menos em um projeto de dominação de certos gru-

9. Frédéric Le Play se interessará, sobretudo, pelo estudo da família camponesa. Sua influência é importante para a sociologia quebequense, uma vez que Léon Gérin, discípulo de Le Play, abre caminho para as primeiras pesquisas de campo sobre a família rural canadense-francesa, por volta de 1940 (DUFOUR; FORTIN; HAMEL, 1991).

10. Na tradição anglo-saxônica, a expressão "estudo de comunidade" (os *community studies*) designa o estudo de coletividades localizadas, isto é, tanto um povoado, uma pequena cidade, quanto um bairro. Nos Estados Unidos, o primeiro estudo de comunidade é o dos Lynd, em 1920, sobre as práticas religiosas em uma pequena cidade americana (TÉVIANT, 1983: 245).

11. Essa mudança de objeto, que ganha espaço, principalmente a partir dos anos 1970, originará uma reflexão sobre os problemas metodológicos inerentes ao estudo desses meios (ver, por exemplo, SPENCER, 1973; ABLON, 1977, e, mais recentemente, LIPSON, 1984; YEAGER & KRAM, 1990).

12. A título de exemplo, citemos os estudos de Becker sobre os meios profissionais, tais como o dos músicos (1951), dos professores da rede pública de Chicago (1952), dos estudantes de medicina (BECKER et al., 1961). Entre as pesquisas mais contemporâneas, pode-se mencionar a de Spencer (1973) sobre as elites burocráticas, a de Cassel (1977) sobre o movimento das mulheres em Nova York, ou, ainda, a de Ogien (1986) sobre as relações entre os cuidadores e as pessoas hospitalizadas em um serviço de medicina interna.

pos sociais do que em um projeto de denúncia dos mecanismos de regulação e de poder em determinados meios¹³.

Por volta de 1950, a observação direta conhece, assim como as outras abordagens qualitativas, um certo declínio sob o peso de considerações práticas e epistemológicas, num contexto em que o empirismo quantitativo se impõe como modelo científico. A subjetividade do pesquisador, a representatividade, a generalização e a validade dos dados, assim como a suposta lentidão da abordagem por observação (o investimento em tempo e em dinheiro, pelo pesquisador), são tanto quanto elementos que contribuirão para o descrédito da observação direta por algumas décadas (CAPLOW, 1970; LAPERRIÈRE, 1984; CHAPOULIE, 1993).

Mais tarde, no final dos anos 1960, a observação participante recebe uma espécie de reconhecimento atribuível, em parte, aos "contralimites" da sociologia empírica quantitativa. A preponderância desta sociologia havia, efetivamente, originado o acúmulo de um conjunto de dados geralmente fragmentares, aos quais faltavam interpretações do todo, para dele retirar a significação social profunda (LAPERRIÈRE, 1984). Manifesta-se, então, uma oposição entre pesquisas quantitativas e pesquisas qualitativas (PLATT, 1983). Com a corrente fenomenológica ganhando importância, confere-se uma atenção às interações concretas, ao longo das quais são produzidos o que os sociólogos tratam ordinariamente como "dados"; isto é, as categorizações dos comportamentos e das pessoas na vida social (CHAPOULIE, 1984: 603).

Ao longo dos anos 1970, o recurso à observação se expande ainda mais no campo da pesquisa social, e isto por diversas razões (MASSONNAT, 1987: 20). Há, de um lado, o fato de que a observação é, às vezes, o único método possível (por exemplo, em casos de diferença de língua); e, de outro lado, devido à não-adequação entre os discursos e as condutas reais dos indivíduos, o fato de que a observação do comportamento concreto constitui um modo de abordagem útil e necessário. Desde os anos 1980, intensificou-se a reconsideração dos antigos paradigmas que buscavam, sobretudo, explicar a ação social por meio das estruturas sociais, "determinando os atores sem que eles o soubessem" (QUÉRÉ, 1985; apud MASSONNAT, 1987). No entanto, opta-se principalmente por uma perspectiva "etnometodológica", que visa descrever e compreender como, concretamente, os atores sociais atribuem um sentido às suas ações.

As posições epistemológicas e a observação direta

Lowry (1981) ressalta que o conceito de observação, embora central neste método, permaneceu, durante muito tempo, pouco teorizado. Ela aponta, nesse senti-

13/O estudo de Goffman (1961) sobre a instituição psiquiátrica é, sem dúvida, um dos estudos mais célebres que ilustram essa inversão paradigmática, que, na sociologia do desvio, consiste, entre outras coisas, em indagar sobre os processos e os efeitos da regulação social.

do, que as tradições de pesquisa que foram construídas pelo recurso da observação participante evitaram cuidadosamente essa teorização, seja adotando um modelo calcado nas ciências naturais, seja reduzindo o processo de observação a um processo psicológico individual.

✓Várias tradições de pesquisa podem ser destacadas no uso do método por observação direta; tradições que, como o veremos, permitem compreender as diversas escolhas feitas quanto à atitude ou à posição do pesquisador frente ao objeto. Em um modelo tomado dos métodos das ciências naturais (que Della Bernardina (1989) denomina *modelo empírico-naturalista*), a observação é concebida como uma abordagem, cuja visão é essencialmente explicativa ou objetiva: trata-se de observar fatos num meio determinado, para formular hipóteses que serão, depois, testadas por meio de um retorno a um trabalho de observação, e assim por diante (modelo indutivo¹⁴); ou, ao contrário, trata-se de empreender o trabalho de campo a partir de hipóteses que deverão ser testadas e validadas pelas observações (modelo dedutivo). Pode-se também incluir nesse modelo uma tradição que enfatiza mais a descrição do que a explicação: a observação consiste, então, em descrever exaustivamente a cultura da população estudada, ou os elementos objetivos de uma situação social determinada (lugares, estruturas, objetos, instrumentos, pessoas, grupos, atos, acontecimentos, durações, etc.), para extrair suas tipologias (CHAPOULIE, 1984; LAPERRIÈRE, 1984). Mas, quer a ênfase recaia sobre a descrição ou sobre a explicação, um modelo naturalista reduz a observação a uma *técnica* que possibilita a coleta de dados materializados em fatos e contribui para a *objetivação* ou para a *explicação* das atividades dos atores sociais e das experiências que eles vivenciam.✓

✓Em um outro modelo, qualificado usualmente de interpretativo (EMERSON, 1981), ou de subjetivista (LAPERRIÈRE, 1984), toma-se distância da descrição dos fatos materiais e materializados, para apreender as significações que os atores sociais atribuem aos seus atos. Aqui é o sentido que constitui o objeto de uma sondagem e de uma descrição. Trata-se de interpretar mais do que de explicar, e de descobrir modelos mais do que leis (LOWRY, 1981). É em virtude dessa visão que Bruyn (1967) estabelece um paralelo entre a observação participante de tradição americana (Hughes, Becker, Gans, etc.) e a fenomenologia de tradição européia (Gurvitch, Scheler, etc.). De fato, a fenomenologia e a observação participante colocam em primeiro plano a dimensão subjetiva do indivíduo na sociedade, observando-o em sua "concretude", e favorecendo a subjetividade por oposição ao estudo abstrato e objetivo da realidade social (DESCHAMPS, 1993). Em resumo, o modelo interpretativo insiste menos no distanciamento do que na subjetividade como modo de apreensão do social.✓

Por outro lado, como Platt o menciona (1983), se no início do uso da observação participante na sociologia (nos anos 1920), havia pouca preocupação com a

14. Na antropologia, Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss se filiaram a esta abordagem (LOWRY, 1981).

questão da relação entre o objeto e o sociólogo, esta dimensão se tornará, paulatinamente, um tema maior. Viu-se que Gérando já apontava, em 1800, o problema da interferência entre o observador e o objeto observado (LECLERC, 1979), porém será preciso esperar pelos anos 1950 para que esta questão passe a ocupar o centro dos debates. A principal preocupação concerne, assim, à subjetividade dos dados coletados por observação, pelo próprio fato de que o observador faz parte integrante da situação de sua observação (o observador é, ao mesmo tempo, objeto e sujeito). O problema colocado dessa maneira produzirá uma sistematização, na literatura científica, dos papéis do observador, em função dos objetivos e dos limites do campo de pesquisa¹⁵.

A preocupação com as dimensões pessoais do observador (idade, sexo, origem social e étnica, etc.) e as conseqüências das mesmas sobre a realidade observada contribui para uma certa reavaliação do modelo naturalista, dominante na primeira metade do século XX, uma vez que indagar sobre o lugar do observador em relação ao objeto leva, inevitavelmente, a um questionamento sobre o objeto observado. Além disso, de meio de acesso a um saber até então inacessível, a observação passará a ser uma outra forma de saber, ou uma outra forma de compreender e produzir a realidade. Passa-se, paulatinamente, de um saber sobre a alteridade a um saber sobre a interioridade, sobre a subjetividade, ou ainda, sobre a relação entre o sujeito e seu objeto¹⁶. Essa diversificação do saber necessitou de uma mudança do olhar, e, conseqüentemente, do sujeito, para que o objeto se transformasse. Como o salienta Leclerc (1979: 43), "foi preciso três séculos para que se passasse da qualidade do objeto exótico, interessante, porque distante e raro, à qualidade da atitude do observador em relação aos objetos distantes, e depois, ao retorno sobre si da consciência observante, da consciência que observa mais as suas sensações do que o objeto que ela conhece".

Esse questionamento sobre a relação com o objeto contribuiu para inscrevê-la seja sob o signo de um problema de interferências e de vieses a controlar e a reduzir (*modelo da passividade* ou *da retração*), seja sob o signo de uma superposição entre o sujeito e o objeto (*modelo da impregnação*), seja ainda sob o signo de uma interação necessária à produção e à interpretação dos dados produzidos durante a observação (*modelo da interação*).

15. Originam-se daí tipologias sobre o leque dos papéis possíveis. Ver, por exemplo, os trabalhos de Schwartz e Schwartz (1955) sobre os papéis passivos e ativos, ou a célebre tipologia de Gold (1958), que distingue quatro papéis possíveis: o *participante total* (observação clandestina), o *participante-observador* (o pesquisador revela a sua identidade, mas é percebido como um par), o *observador-participante* (o pesquisador se integra ao meio, mas limita as suas interações) e o *observador total* (o pesquisador não se posiciona).

16. Pode-se mencionar, aqui, que um terceiro modelo, o modelo construtivista, tende a tomar forma em continuidade ao modelo interpretativo. Nesse modelo, o objeto de estudo é concebido não apenas como a interação do sujeito com o objeto, mas ainda como o produto de um processo de construção, no qual o sujeito é implicado. O sentido se torna co-construído no interior do campo de observação.

No modelo da passividade, o pesquisador colhe os dados de natureza principalmente descritiva, observando a vida cotidiana do grupo, da organização, da pessoa que ele quer pesquisar. Sua intervenção continua mínima (DESLAURIERS, 1991: 46). Aqui, o sujeito e o objeto estão dissociados. As particularidades socioculturais do pesquisador são perturbações que é preciso neutralizar, para melhor atingir o objeto. A exclusão da subjetividade do olhar possibilita reduzir ao mínimo, e mesmo eliminar os riscos de "contaminação", para que os "fatos falem de si mesmos". A idéia é que a alteridade se revela à medida que o pesquisador renuncia a impor seu próprio sistema conceitual (DELLA BERNARDINA, 1989: 15). Essa abordagem implica um conhecimento de sua equação pessoal. O distanciamento (princípio de exclusão do pesquisador) é a via de acesso a um conhecimento objetivado. Esse modelo cai na ilusão da neutralidade do sujeito como via de acesso ao saber.

No modelo da impregnação, o saber é o produto da integração e da participação do pesquisador no meio estudado. A observação se caracteriza pela inserção do observador no grupo estudado, segundo um procedimento de compreensão do real (tradição do *verstehen* e do interacionismo simbólico), e é a participação ou o envolvimento do pesquisador que permite chegar à compreensão da realidade pesquisada (CHAUCHAT, 1985). A participação remete à idéia de que o pesquisador deve passar por uma espécie de socialização no meio que ele pesquisa (CHAPOULIE, 1984). Concretamente, trata-se de favorecer uma integração máxima ao meio pesquisado (sujeito participante), de se entregar sem restrições, de viver, pensar e sentir como aqueles que se pesquisa; em resumo, de se despersonalizar. O pesquisador pode dar conta da realidade dos atores, porque ele tem acesso às suas perspectivas, vivendo as mesmas situações ou os mesmos problemas que eles¹⁷.

No modelo da interação, que se insere em um procedimento construtivista, a pesquisa de campo possibilita dar conta de uma realidade, menos pelo fato de que o pesquisador chega a "sentir" o meio dos atores presentes, do que por ele *interagir* enquanto ator social. Nessa concepção não só o distanciamento objetivo é impossível, como a manutenção de uma posição de exterioridade pelo observador paralisa a atividade de pesquisa (CHAUCHAT, 1985: 92). No limite, não há mais sentido falar em observação, nesse modelo, uma vez que o termo sugere uma demarcação entre o objeto e o observador. A relação entre o observador e o objeto é despolarizada, e o observador é designado para um trabalho de explicitação das relações objetivas e subjetivas que o ligam ao objeto observado (BOURDIEU, 1978). A subjetividade não mais constitui um obstáculo, e sim uma contribuição. Trata-se, então,

17. Na antropologia, particularmente Boas, Evans-Pritchard e Malinowski sistematizaram esse procedimento. Para Evans-Pritchard, por exemplo, o saber é o produto de duas etapas: a da integração-impregnação do pesquisador no meio, o qual lhe possibilita, assim, colher os dados; e a da interpretação, concebida como a recomposição (transformação) dos dados produzidos no contexto cultural estrangeiro, de modo a torná-los significativos para o registro sociocultural do pesquisador (LOWRY, 1981).

de favorecer a emergência de uma perspectiva de etnocentrismo crítico; isto é, uma perspectiva na qual o pesquisador toma consciência de seus próprios vieses culturais (DE MARTINO, apud DELLA BERNARDINA, 1989: 19). A equação pessoal é não somente a unidade de medida, como o núcleo de todo o procedimento cognitivo¹⁸. Os papéis são, assim, intercambiáveis: cada um é para si mesmo o observador e o observado para o outro. O estudo do observador e não do sujeito constitui a via de acesso à essência da situação da observação (DEVEREUX, 1980: 19¹⁹). Em suma, os papéis do observador evoluíram desde as primeiras práticas da observação: ele foi, de início, negado ou reduzido à posição de simples informante, para depois ser reconhecido, antes de deter, progressivamente, um lugar enquanto “variável significativa” (DELLA BERNARDINA, 1989: 23)✓

Debate sobre o papel e a posição do pesquisador

O debate mais amplamente documentado na literatura científica é, sem dúvida alguma, aquele que se referiu e ainda se refere ao papel e à posição do pesquisador no campo de pesquisa. Se esse debate é central, é porque ele toca diretamente na questão da produção dos dados, uma vez que, no trabalho de campo, como já o dissemos, o pesquisador se coloca ao mesmo tempo enquanto objeto e sujeito de pesquisa.

Lógicas diferentes, não mutuamente excludentes, orientaram o debate e a prática de pesquisa no âmbito da observação direta. Ao menos três tipos de lógicas podem ser destacados quanto à argumentação que guia a escolha de uma estratégia de pesquisa: uma lógica de pureza-verdade do objeto (descrição ou explicação do meio, tal qual ele é “realmente”), uma lógica de acessibilidade ao objeto (realização prática da pesquisa) e uma lógica de profundidade do objeto (riqueza da produção do saber). Uma mesma lógica pode subentender estratégias, por vezes opostas; ou uma mesma estratégia pode ser justificada por lógicas diferentes.

Assim, alguns pesquisadores optam por uma estratégia clandestina, ou por uma estratégia aberta de tipo passivo, fazendo valer uma lógica de verdade do objeto²⁰. A passividade e a clandestinidade são aqui concebidas como uma maneira de

18. Devereux (1980: 20) entende que as reações pessoais do cientista diante de seu material e de sua obra são os dados mais fundamentais de qualquer ciência do comportamento.

19. Devereux (1980) considera que os dados das ciências do comportamento são de três ordens: 1) o comportamento do sujeito; 2) as “perturbações” induzidas pela presença do observador e por suas atividades; 3) o comportamento do observador, tal como suas angústias, seus mecanismos de defesa e suas estratégias de pesquisa.

20. Habitualmente, distinguem-se duas estratégias de pesquisa por observação direta: a *estratégia de abertura*, segundo a qual a identidade do pesquisador é claramente estabelecida no processo de observação; e a *estratégia clandestina*, segundo a qual o pesquisador dissimula a sua identidade. Entre esses dois extremos, diferentes nuances foram propostas para determinar o lugar e o papel do pesquisador na pesquisa em ciências sociais.

contornar o problema da reflexividade inerente ao trabalho de campo, uma vez que a posição ou a ação do pesquisador são, de certa forma, excluídas. A estratégia clandestina também pode ser guiada por uma lógica de profundidade do objeto. Segundo esta lógica, a dissimulação do papel do pesquisador e sua plena participação lhe possibilitariam o acesso a informações privilegiadas, incluindo aquela que ele recebe de sua própria experiência (CAPLOW, 1970), graças a uma compreensão mais intensa do vivido dos participantes observados (LAPERRIÈRE, 1984). A mesma lógica pode, ao contrário, justificar a escolha de uma estratégia aberta aos pesquisadores que acreditam que a dissimulação empobrece a riqueza das informações²¹. Nesse sentido, se o debate que se articulou em torno da clandestinidade das observações havia se reportado principalmente à ética desse procedimento, ele foi orientado, mais recentemente, para os limites dos dados coletados em tal contexto. Com efeito, muitos avaliam que a clandestinidade não permite que o pesquisador tome plenamente parte no processo de produção dos dados, já que ele não pode propor muitas questões, com medo de levantar a suspeita de seu entorno e assim “queimar” seu terreno de pesquisa (LOFLAND, 1971; EMERSON, 1981; LAPERRIÈRE, 1984; DESLAURIERS, 1991). De um outro lado, a dissimulação do papel, concebida como uma maneira de diminuir os efeitos reativos numa tradição construtivista e subjetivista, empobreceria os dados, na medida em que ela tende a inibir a sensibilidade do pesquisador em relação aos efeitos reativos, os quais fazem plenamente parte do objeto de estudo (EMERSON, 1981). Além disso, a dissimulação monopolizaria o pesquisador em seu jogo de papéis, tornando-o menos disponível para o trabalho de análise. Enfim, a dissimulação prejudicaria o necessário distanciamento que permite ao pesquisador dar conta dos dados produzidos em sua interação com o campo de pesquisa. A idéia subjacente a essa consideração é a de uma implicação julgada tão estreita, do pesquisador com o campo, que os antropólogos a designaram como o perigo do *going native*²². Este perigo de sujeição – tomado, diríamos, num duplo sentido – articular-se-ia, simultaneamente, ao

21. Pesquisadores se desvencilham dessas lógicas, argumentando que a estratégia aberta e a estratégia clandestina possibilitam a produção de dados que não são nem mais, nem menos ricos, mas sim, diferentes. Laperrière (1984: 233-234) também avalia que se algumas situações acomodam-se imediatamente a uma observação aberta (por exemplo, as situações públicas), enquanto outras são aí, de início, fechadas (por exemplo, as situações privadas), “a grande maioria das situações se encontra entre esses dois extremos”.

22. O problema suscitado por meio desse “perigo” residiria na sobre-interpretação dos dados (ver DESLAURIERS, 1991: 51). Tedlock (1991) cita alguns exemplos célebres de antropólogos “vítimas” desse “tornar-se autóctone”. Curt Unkel, um alemão que partiu para pesquisar os Índios de uma região da Amazônia, nunca mais abandonou seu campo. David Hayano explica como ele foi afetado e influenciado por sua inserção entre os jogadores de pôquer na Califórnia. Liza Crinfield Dalby fala menos de um processo de *going native*, do que de um processo de um “tornar-se bi-cultural” (apud TEDLOCK, 1991: 70).

processo pelo qual o pesquisador *torna-se o sujeito pesquisado*, bem como à relação de *dependência* do pesquisador quanto ao seu campo de pesquisa. De qualquer modo, colocar a questão do *going native*, enquanto perigo para o pesquisador, volta a edificar as fronteiras entre o objetivo e o subjetivo, o autóctone e o cientista, entre o si e o outro (TEDLOCK, 1991). Quanto à observação aberta, ela apresenta, segundo alguns, vantagens tais como a redução das tensões ligadas às questões éticas, uma maior mobilidade física e social do pesquisador e um questionamento mais sistemático e exaustivo (LAPERRIÈRE, 1984).

A observação clandestina é também escolhida no caso de situações sociais complexas ou de meios quase inacessíveis sem essa dissimulação. Nesta circunstância, é uma lógica de acessibilidade que orienta a estratégia. Por exemplo, Cluster e Schwartz (1972) citam algumas pesquisas nas quais a identidade dos pesquisadores não foi revelada para que eles pudessem, no fim das contas, realizar um estudo que não teria podido ocorrer diferentemente. Este é o caso principalmente dos estudos sobre as instituições totais (o hospital psiquiátrico, a prisão, o exército), ou sobre grupos fechados, tais como as gangues ou as seitas. Assim, Anne Tristan (1987), jornalista, se fará passar, durante alguns meses, por uma secretária desempregada e se infiltrará na Frente nacional, em um de seus subterrâneos, a periferia de Marselha. Ou ainda, Marie-France Botte (BOTTE & MARI, 1993), assistente social, conseguirá se inserir nos meios pedófilos de Bancoc, para observar as práticas aí vigentes.

As lógicas de verdade, de acesso ou de profundidade do objeto não só orientaram as diferentes estratégias de papéis do pesquisador, como também inspiraram uma estratégia que se poderia denominar “estratégia de substituição”, que consiste em formar observadores indígenas, seja para atenuar a influência do sexo, da idade, ou do pertencimento étnico do pesquisador (lógica de verdade), seja para permitir a realização da pesquisa (lógica de acessibilidade), ou ainda, para enriquecer os dados (lógica de profundidade). Nesse sentido, é preciso lembrar que recorrer a observadores indígenas numa lógica de verdade do objeto (redução dos vieses pretensamente introduzidos pelo pesquisador autóctone) pode acarretar outras deformações, decorrentes, desta vez, do pertencimento do observador ao grupo pesquisado. Esse debate aponta que, no final, é sem dúvida menos o estado de pesquisador que é preciso “controlar”, do que a preocupação de ter em conta o fato de que esse estado influi evidentemente na qualidade dos dados provenientes da prática da observação. Os argumentos alegados no debate sobre o recurso aos observadores indígenas são, aliás, idênticos àqueles que são invocados no debate opondo partidários e adversários da prática da observação, já que, para uns, os dados só podem ser produzidos pela posição de exterioridade do pesquisador em relação ao meio observado; enquanto, para outros, são as interações entre o pesquisador e o meio que ele observa

que constituem fontes de dados, sendo essas interações – cabe dizer – matizadas pelo lugar que o pesquisador ocupa em relação a seu objeto²³.

Aqui, pode-se perguntar, juntamente com outros (LESSART-HÉBERT; GOYETTE; BOUTIN, 1990: 151), se o pesquisador deve, primeiramente, definir seu papel enquanto observador, ou enquanto participante. A propósito disso, é preciso reconhecer que a escolha de priorizar um ou outro dos papéis não é inconsequente. Como Groulx dá a entender, por ocasião de um exame da literatura sobre os movimentos sociais urbanos quebequenses: “A relação com o objeto determina em parte o discurso sobre o mesmo” (GROULX, 1985: 300). Por outro lado, segundo ele, o procedimento concreto da observação participante é acompanhado de contradições de ordem prática, “pois ele determina a integração e a gestão dos estatutos de observador externo e de participante militante, postura que favorece uma dupla construção simbólica e social da realidade e uma dupla experiência contraditória, senão incompatível, do mundo social, tornando difícil um conhecimento científico [...]” (p. 306).

A tendência atual consiste, no entanto, em preconizar a plena participação do pesquisador. Sua ação é, então, concebida como um meio de compreender de dentro os processos sociais em curso, compreensão esta que participa da construção do objeto. Emerson (1981: 368) levanta dois tipos de problemas inerentes a essa nova tendência. O primeiro se refere à necessidade de desprendimento do pesquisador em relação aos acontecimentos e às pessoas que ele pesquisa²⁴. O segundo diz respeito à dificuldade de promover e de maximizar a consciência e o conhecimento de si (*self-consciousness*). Alguns propõem que os observados possam fazer comentários sobre o efeito da presença do observador no campo, enquanto outros recomendam o recurso a observadores múltiplos, o que possibilita obter uma variedade de leituras sobre os efeitos da relação do pesquisador com o campo.

Alguns princípios metodológicos na prática da observação

Como havíamos mencionado, os ataques dirigidos contra a observação direta (ou contra a abordagem etnográfica, mais globalmente) levarão os pesquisadores a adotar uma atitude reflexiva²⁵ ou crítica frente a seu procedimento de pesquisa, daí

23. Cassel (1977: 413) salienta, aliás, que a exterioridade do pesquisador em relação a seu objeto (pesquisa de grupos exóticos ou exógenos) não garante o distanciamento emocional, já que alguns pesquisadores chegam a se identificar a tal ponto com o grupo pesquisado, que eles podem se sentir como um membro do grupo – o que levanta, de certa forma, o mesmo questionamento que aquele apontado em relação aos observadores indígenas.

24. Hughes propôs o termo emancipação para designar o equilíbrio sutil que ele apregoava na observação *in situ* entre o desprendimento e a participação (CHAPOULIE, 1984: 597-598).

25. A reflexividade é entendida como a capacidade do pesquisador em explicitar o seu próprio procedimento (CHAPOULIE, 1993: 9).

resultando um conjunto de “questões metodológicas” próprias às pesquisas de campo, e que serão paulatinamente sistematizadas²⁶. Nós nos interessaremos, nesta seção, por três dessas questões. Se elas podem se colocar independentemente da perspectiva teórica e epistemológica adotada, a maneira de se situar em relação às mesmas traz algumas conseqüências. Cabe esclarecer que só as abordaremos sucintamente, podendo cada qual ser objeto de um longo desenvolvimento. Como se verá, elas reconstituem as principais etapas do processo de pesquisa por observação²⁷.

A seleção do local de observação e o acesso aos dados

/ Evidentemente, seja qual for o objeto de estudo, a escolha do local ou da situação a pesquisar depende de considerações teóricas, sociais e práticas. Hammersley e Atkinson (1983: 42) apontam que não se deve confundir a seleção de um local de observação (*the setting*) com a do caso que se submeterá ao estudo (*the case*). Para esses autores, um local é um contexto no qual se produz um conjunto de fenômenos, e pode conter vários casos de interesse para o pesquisador, os quais devem igualmente ser objeto de uma seleção.

Considerando essa diversidade dos fenômenos a observar, impõe-se um questionamento anterior à inserção no meio: “Se o observador não tem o objetivo de responder a uma ou a várias questões pertinentes e claramente formuladas, será em vão observar longa e atentamente um fenômeno, um objeto, pois eles não terão nem sentido, nem valor para o conhecimento científico” (ANGERS, 1992: 8). Essa reflexão prévia permite evitar a dispersão. A propósito disso, Angers salienta que é possível estabelecer um quadro geral para a observação, qualquer que seja o meio. Ele propõe cinco eixos de observação que visam circunscrever o contexto “no qual se desenvolve toda ação humana” (p. 191). Concretamente, trata-se de descrever cinco elementos principais, ou então, responder a cinco questões que constituem uma espécie de “modelo” que pode ser adaptado segundo as circunstâncias e o meio:

- 1) Onde nós estamos? É a descrição do local (descrição do lugar, dos objetos, do ambiente);
- 2) Quem são os participantes? É a descrição dos participantes (seu nome, sua função, suas características, etc.);

26. No prefácio de uma obra que se tornou um clássico sobre a observação participante, McCall e Simmons (1969) sublinhavam que se tratava de um método cujo procedimento havia sido objeto de pequena codificação.

27. Falar em etapas no processo de pesquisa não implica que este seja linear, cronológico e independente. Como teremos oportunidade de apontar, cada “etapa” afeta a totalidade do procedimento metodológico. Por exemplo, a escolha do local de observação é, evidentemente, determinada pelo problema de pesquisa, mas, em contrapartida, também torna possível defini-lo.

3) Por que os participantes estão aí? É a descrição das finalidades e dos objetivos (as razões formais ou oficiais de sua presença nesse local, os outros motivos, etc.);

4) O que se passa? É a descrição da ação (os gestos, os discursos, as interações, etc.);

5) O que se repete e desde quando? É a descrição da duração e da frequência (história do grupo, frequência da ação, etc.).

Para alguns, a escolha e a separação entre o objeto e a observação podem, de início, não ser muito precisas, mas progredir, paulatinamente, até a formação de uma unidade significativa de atores, lugares e atos (LAPERRIÈRE, 1984²⁸). Outros insistem nos critérios de simplicidade e de acessibilidade na orientação da seleção do contexto de observação (DESLAURIERS, 1991). Mas, seja qual for a estratégia empregada, o processo contribui para a redefinição do problema de pesquisa (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983).

É difícil fazer a dissociação entre a questão da seleção da situação a observar e aquela do acesso aos dados. Com efeito, as duas remetem inevitavelmente às estratégias de inserção do pesquisador na comunidade. Ora, o acesso aos dados não é uma questão tão simples como se poderia crer à primeira vista, e não pode ser reduzida a considerações físicas, materiais ou práticas. Assim, escolher uma cena pública de observação, ou obter a autorização para realizar uma pesquisa de campo, não garantem o acesso aos dados²⁹. A acessibilidade dos dados depende, afinal, do problema de pesquisa e pode até conduzir o pesquisador na pista de intuições analíticas ou teóricas³⁰.

No que concerne à inserção do pesquisador no campo, Aktouf (1987: 183-184) apontou que esta nunca é simples, particularmente quando se trata de uma observação participante, pois o pesquisador passa, então, por várias etapas afeti-

28. Laperrière (1984) enfatiza que, usualmente, passa-se da observação geral (descrever os grandes aspectos da situação) a uma observação centrada.

29. Karp encontrou enormes dificuldades de acesso aos dados em sua pesquisa sobre as livrarias e os cinemas pornográficos públicos (apud HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983: 57), assim como Spencer (1973) mostra bem que, mesmo após ter obtido a autorização para realizar uma pesquisa sobre uma escola militar, várias estratégias tiveram de ser utilizadas para dar acesso a dados que os diretores tentavam ocultar.

30. Newby aponta que, em sua pesquisa sobre os trabalhadores agrícolas, foi preciso contatá-los por intermédio do fazendeiro. Essa trajetória para aceder a seus informantes constituía em si mesma um dado sobre a situação social dos trabalhadores agrícolas; dentre os quais, uma indicação do lugar do fazendeiro na vida do trabalhador, bem como a invisibilidade social dos trabalhadores entre a população local (apud HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983: 56). Numa pesquisa sobre a administração da justiça em Novo-Québec, alguns Esquimós recusaram-se a dar seus pontos de vista, de maneira formal ou informal, o que, em si, proporcionou algumas indicações analíticas sobre a posição dos atores frente ao tema de pesquisa (JACCOUD, 1995).

vas que, geralmente, apresentam-se como uma curva “dentada”. Aktouf distingue sete fases:

1) Primeiramente, trata-se de um período de ansiedade, pois “vai-se para a aventura”, e “não se tem nenhum instrumento no qual se apoiar”. É também um período de ceticismo, já que não se sabe muito “o que coletar, nem se o que se vai reunir valerá alguma coisa.

2) Em seguida, é uma forma de mergulho no vazio, pois, pelo menos no início, tem-se a impressão “de uma espécie de vida flutuante no meio (de observação) [...] não se localiza nada, faltam pontos de referência”. Este período é muito angustiante, e alguns até podem ficar tentados a abandoná-lo.

3) Depois, progressivamente, alguns pontos de referência aparecem e tomam forma, “começa-se a dar sentido ao que é dito” e a melhor situar as pessoas, o que elas dizem, o que fazem. Em resumo, o pesquisador se situa melhor em seu meio de observação e readquire confiança.

4) Por sua vez, o meio de observação dá mostras de uma maior aceitação: “Começa-se a ser um freqüentador, dão-nos um lugar”. Assim, o pesquisador não é mais uma espécie de “caule”, mas tem sua identidade e também um papel.

5) Segue a etapa da euforia da coleta das informações. “Colhem-se febrilmente os dados, fica-se transbordado de coisas a anotar, comentar, explicitar, aprofundar”.

6) Quase simultaneamente à euforia mencionada, há o retorno da angústia e dos questionamentos: “são as experiências afetivas, as grandes questões básicas sobre seu papel, seus direitos, seus deveres, os limites do que se faz...” Além disso, o pesquisador também deve, às vezes, saber levar em conta confidências que lhe são feitas, assim como pedidos de ajuda que podem lhe ser endereçados, e tudo isso sem trair seu papel, nem as expectativas das pessoas do meio.

7) Finalmente, é a etapa da análise, com tudo o que ela comporta de racionalização: “Estanca-se essa angústia com a perspectiva do recuo analítico, a do retorno ao trabalho mais classicamente intelectual. É também uma fase em que se aprende a levar em conta a si mesmo, tanto como instrumento de pesquisa quanto como ser humano com seus sentimentos, suas tomadas de posição e suas fraquezas”. O equilíbrio entre a análise das informações provenientes do campo e a auto-análise do pesquisador (sobre sua metodologia, seus vieses pessoais, etc.), que nós mencionamos anteriormente, não é, em última análise, um objetivo fácil de atingir.

Por outro lado, como o enfatizamos, as orientações epistemológicas do pesquisador determinam, em grande parte, as estratégias e os papéis que ele adotará no campo. Conseqüentemente, a questão da inserção na comunidade não se coloca de maneira idêntica para todos. Se o pesquisador escolhe a visibilidade como modo de inserção e adere ao modelo da passividade, alguns entendem que ele deve ado-

tar uma atitude de neutralidade para não impedir ou viesar as trocas, e, ainda, que ele deve ganhar a confiança dos interessados, com sua discrição e seus conhecimentos (TREMBLAY, 1968: 351). Nos modelos da impregnação e da interação, a inserção do pesquisador se realiza graças a uma implicação estreita com o grupo pesquisado. Emerson (1981) argumenta que a participação partidária possibilita obter informações, devido a uma tomada de posição do pesquisador pelo grupo. Nas situações em que vários grupos distintos se opõem, a inserção do pesquisador-participante-partidário em cada um dos grupos é, por vezes, alegada como uma estratégia de diversificação dos dados para enriquecer o material³¹.

Via de regra, o pesquisador não conhece o campo antes de iniciar sua pesquisa, assim como os atores não conhecem o pesquisador, de modo que uma fase de domesticação recíproca é amiúde necessária para favorecer a confiança mútua e a realização da pesquisa (KOHN, 1989). Fortin (1985, 1987) enfatiza que o pesquisador deve, inicialmente, estabelecer sua credibilidade no campo. Esta primeira tarefa é tão mais importante e mais difícil, que, eventualmente, ocorre de o terreno ter sido "queimado" por outros pesquisadores ou interventores³² (FORTIN, 1987).

É bom lembrar, como outros já o salientaram (LAPERRIÈRE, 1984; DESLAURIERS, 1991), que a pesquisa baseada na observação exige, freqüentemente, a presença prolongada do pesquisador no campo, para que ele possa coletar dados suficientes e esteja, assim, em condição de elaborar interpretações válidas. Nesse ponto, a maioria dos pesquisadores está de acordo, para dizer que não há receitas para realizar satisfatoriamente uma observação, seja ela de natureza participativa, ou não. Para Fortin (1982: 104) e Massonat (1987: 20), a observação participante é mais uma abordagem de pesquisa, do que um simples método de coleta de dados.

Por outro lado, Trognon (1987: 12) avalia que, em matéria de rigor ou de cientificidade, a observação "não deve nada" aos outros métodos de coleta dos dados. Ocorre que a observação no campo não é, como muito amiúde se pensa, uma atividade fácil, que seja quase evidente; ao contrário, mais freqüentemente, o observador enfrenta um grande número de problemas, que variam conforme a objetividade e as particularidades da situação observada (GRAWITZ, 1979: 853). Por exemplo, Caplow (1970: 151) indica que, na falta de um objetivo preciso, o observador acumula, em geral, massas de informações que ele tem muita dificuldade em, mais tarde, organizar e interpretar. Contudo, apesar dessas dificuldades, ele considera que a observação continua sendo uma técnica insubstituível (p. 149).

31. A participação partidária é ainda utilizada quando o pesquisador se envolve não apenas para produzir um saber sobre o meio pesquisado, mas também para introduzir uma mudança nesse meio. Nesse sentido, a observação participante se aproxima de um modelo de tipo pesquisa-ação, ou pesquisa militante.

32. Os erros ou inabilidades dos pesquisadores não são os únicos elementos capazes de "queimar" um campo de pesquisa. O superinvestimento científico do campo é tão prejudicial quanto danoso (Jaccoud, 1995).

Por sua vez, Aktouf (1987), após suas experiências no campo, retirou as seguintes lições metodológicas: A observação é, primeiramente, uma questão de aprendizagem e de prática: "Uma capacidade de decodificação deve ser adquirida. Ela se produz com as anotações sistemáticas e uma atenção constante a tudo o que se passa e, sobretudo, um esforço regular de revisar o conjunto dos acontecimentos diários; é assim que ocorrem as associações e as relações carregadas de significações". Daí a importância do esforço de memorização e de anotação (é preciso anotar tão rápido quanto possível). Por outro lado, é essencial informar as pessoas sobre a natureza do trabalho – "Frequentemente, isso suscita interesse e curiosidade" –, e não se deve "jamais forçar a entrevista, nem o contato": deve-se "abordar bem progressivamente e o mais naturalmente possível o fio da conversa". É também preciso "saber ser discreto e estar próximo das pessoas; porém, sem excesso de familiaridade, nem de descontração inoportuna, que prejudicariam a credibilidade e a seriedade do investigador". Em resumo, o método é muito exigente e penoso, tanto no plano físico quanto no afetivo³³ /

Os informantes-chave

A definição de informante-chave depende da posição epistemológica e teórica do pesquisador. Num modelo naturalista de pesquisa, o informante é uma pessoa capaz de fornecer informações em razão de algumas características que garantem que ele possui conhecimentos particulares, ou que permitem neutralizar os vieses introduzidos pela presença do pesquisador no meio. Seu papel e seu lugar se resumem, assim, a servir de ligação entre dois universos simbólicos diferentes, e o trabalho do pesquisador é considerado como a aprendizagem de um código ensinado por locutores (FAVRET-SAADA, 1977: 21). A busca de verdade dos dados, por intermédio de informantes-chave, levou alguns antropólogos a proceder a uma seleção de seus informantes, segundo uma estratégia de amostragem visando assegurar sua representatividade a partir de características sociológicas precisas, tais como o sexo, a idade, a origem social, a profissão³⁴... Outros pesquisadores, como

33. Spradley (1980: resumido em AKTOUF, 1987: 166) destaca as seguintes características, como sendo típicas do processo de observação participante. Em primeiro lugar, há o *duplo objetivo*: "É preciso se envolver nas atividades próprias à situação e ao mesmo tempo observá-las". Deve-se ter uma atenção constante à realidade do todo; por isso, é importante poder recorrer a uma *abordagem de ângulo aberto*; "isso implica que o observador participante não deve, em nenhum caso, focalizar sua atenção em um número reduzido de elementos da situação", mas sim dispor de "um espectro de informação o mais amplo possível". O procedimento se caracteriza também pela *introspecção*; o que significa dizer que é preciso "aprender a se servir de si mesmo, enquanto instrumento de pesquisa", e, para tanto, o pesquisador deve desenvolver um esforço sistemático de análise de seu próprio papel, de seus sentimentos, julgamentos, impressões. Uma outra característica consiste no *registro sistemático*: "O observador-participante carrega permanentemente um diário de campo, no qual registra, detalhadamente, tanto as observações objetivas, quanto os sentimentos e as sensações pessoais".

34. Os trabalhos de Mead (1953), Spindler (1955) e Honigmann (1973) se situam nessa perspectiva.

De Robertis e Pascal (1987: 91), propõem maximizar a confiabilidade do informante, multiplicando seu número e focando o questionamento “nos fatos, sem excluir as interpretações”.

Num modelo de orientação construtivista, discute-se a capacidade do informante de dar conta de sua própria cultura, em uma lógica de verdade. Devereux (1980), na qualidade de etnopsiquiatra, avalia que o recurso aos pontos de vista dos indígenas é útil, na medida apenas em que “se o considera, devido ao pertencimento à sociedade [...] constituída por deformações tão grandes quanto aquelas que afetam a imagem que o homem não analisado tem de si mesmo” (DEVEREUX, 1980: 201). Em suas experiências de campo, Devereux mostra que é possível, no caso, não confiar no que se observa, mas no que se diz³⁵; porém, como tudo o que se diz também é filtrado, aquilo que o pesquisador observou pode ter merecido ser dito, pois a maneira como o informante narra uma situação constitui um dado muito rico³⁶. Assim, alguns colocam a questão do informante-chave menos sob o ângulo da confiabilidade (e, portanto, do viés) do que sob o ângulo do lugar do informante em sua interação com o pesquisador, de um lado, e com o meio pesquisado, do outro lado.

A credibilidade que o pesquisador confere ao(s) seu(s) informante(s) mostra que é delicado estabelecer critérios universais de qualidade de um bom informante. Para alguns, um bom informante se caracteriza por sua espontaneidade, sua disponibilidade (DESLAURIERS, 1991: 39), sua produtividade (“suas informações são múltiplas e se referem aos aspectos variados do problema pesquisado”), sua objetividade (ele distingue muito bem os fatos, das interpretações desses mesmos fatos”) e o refinamento de suas análises (TREMBLAY, 1968: 349). Rabinow (1977) avalia que a qualidade do informante se mede por sua capacidade imaginativa de objetivar os elementos de sua própria cultura e de compartilhá-la com um estrangeiro.

Como o observa Johnson (1990), as discussões sobre os procedimentos e o raciocínio que intervêm na seleção dos informantes são relativamente recentes. Tremblay (1968) sugere um modo de seleção dos informantes em três etapas: o pesquisador conversa, de início, com as pessoas que ele encontra casualmente, em seus deslocamentos; ele pode buscar, em seguida, dados que possibilitem fazer comparações, com vista a selecionar uma amostra de informantes que apresentem as características requeridas, segundo um modelo estatístico; por fim, ele pode escolher seus interlocutores em função das informações precisas que procura. Wer-

35. Por exemplo, os informantes sudaneses haviam dito a Devereux que as bebedeiras rituais eram frequentemente acompanhadas de jogos sexuais, que ele não havia observado. Foi preciso que ele se tornasse membro de um grupo restrito, para ser testemunha daquilo que seus informantes lhe relatavam (DEVEREUX, 1980: 365).

36. Devereux colheu frequentemente relatos de informantes sobre acontecimentos que ele próprio havia observado, visando mostrar como um membro do meio observado escolhia ver e relatar o acontecimento em questão (DEVEREUX, 1980: 367).

ner e Schoepfle (1987) propõem um método de seleção oportunista³⁷, enquanto Bernard (1988) crê que a seleção se baseia, simultaneamente, em critérios menos metódicos, tais como a sorte ou a intuição, e em critérios de qualidades pessoais, como a vontade de trabalhar numa relação de confiança mútua e as capacidades de observação e de reflexividade do informante.

A produção e a análise dos dados

Inúmeros pesquisadores aderem à idéia central desenvolvida na teorização enraizada (*grounded theory*), segundo a qual o processo de análise é inseparável da etapa da coleta dos dados (Hammersley e Atkinson, 1983; Chauchat, 1985; Corbin e Strauss, 1990; Deslauriers, 1991). Hammersley e Atkinson (1983: 174) constataam, no entanto, que em muitas pesquisas falta reflexividade quanto à relação entre a coleta e a análise dos dados.

Quando se trata de coleta de dados, e, portanto, de sua produção, as reflexões e os conselhos metodológicos se centram, sobretudo, na questão da seleção dos dados de observação e na da classificação das anotações de campo.

A seleção dos dados é, efetivamente, um problema delicado, já que o pesquisador não pode observar tudo. Alguns sugerem proceder segundo um processo em "funil". As observações serão, em primeiro lugar, principalmente descritivas, e as interpretações delas extraídas permitirão precisar e orientar as seguintes. Para Deslauriers (1982: 10), trata-se de apreender os principais acontecimentos e compreender os fenômenos recorrentes. Segundo ele, se um acontecimento preciso não se repete, é porque ele é menos importante do que se o pensava. Essa afirmação deve ser matizada, pois os acontecimentos atípicos podem igualmente enriquecer a compreensão que o pesquisador pode ter do meio pesquisado. Assim, variar os lugares e os momentos de observações pode se revelar importante, se a diversificação dos dados fizer parte da estratégia de pesquisa.

Para Tremblay (1985), as duas principais regras de trabalho no campo são a imersão total e a anotação sistemática completa (o *total recording*³⁸). "Ele reconhe-

37. Essa estratégia consiste na constituição de uma rede de pessoas, a partir das relações sociais de um indivíduo que coopera na pesquisa. Em seguida, são realizadas entrevistas com pessoas dessa primeira rede, que colocam o pesquisador em contato com uma outra rede de pessoas, até chegar à descoberta do informante requisitado (WERNER & SCHOEPFLE, apud JOHNSON, 1990: 31).

38. De sua parte, Spradley (1980; apud AKTOUF, 1987: 177) recomenda os seguintes princípios, para um bom registro etnográfico. O *princípio do registro literal*: deve-se cuidar para que as anotações sejam literalmente conformes ao que foi dito. O *princípio do concreto*: toda descrição de situação observada deve ser feita em termos concretos e remetendo a ações ou parcelas de ações precisas. O *princípio do relatório ampliado*: o etnógrafo deve buscar enriquecer seu relatório condensado, acrescentando nele os detalhes, os comentários, os elementos de contexto particulares. E, por fim, o *princípio do jornal diário*: trata-se de fazer "um jornal diariamente detalhado, contendo suas experiências, impressões, idéias, reflexões, receios, erros, a evolução de suas relações com os observados e seu meio [...]".

ce, contudo, as exigências contraditórias dessas regras: se a participação for intensificada, não se terá mais condição de registrar a totalidade das observações, e vice-versa. Para resolver essa contradição, o pesquisador deve tender a um equilíbrio entre a anotação e a observação (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983).

As anotações de campo são de diversas ordens e as denominações variam segundo os autores. Schatzman e Strauss (1955) aí distinguem três espécies: metodológicas, teóricas e descritivas. As anotações metodológicas consistem na descrição do desenvolvimento das atividades da pesquisa e no relatório sobre a integração social do pesquisador no meio observado. As anotações teóricas visam à construção de uma interpretação teórica da situação pesquisada. Nas anotações descritivas, registra-se o trabalho de percepção do vivido e relata-se exaustivamente a situação observada (LAPERRIÈRE, 1984). Cada um dos relatórios descritivos deve indicar a data, o local (com os mapas e as fotografias, caso necessário), o nome das pessoas pesquisadas e as atividades, o horário e a duração da observação³⁹.

Nesse aspecto, a maioria dos autores insiste na necessidade de transcrever as anotações rapidamente, visto tratar-se de uma tarefa longa e ingrata, de modo a poder fazer as correções e os ajustes aí necessários. Segundo Pourtois e Desmet (1989: 26), os diários de campo permitirão reportar, posteriormente, as forças e as fraquezas da pesquisa. Em suma, as anotações registradas durante a observação possibilitam tanto "uma descrição narrativa" quanto uma melhor compreensão dos fenômenos observados, apelando, principalmente, à subjetividade do pesquisador (LESSART-HÉBERT; GOYETTE & BOUTIN, 1990: 53). Uma vez considerado ele mesmo como sujeito de observação durante sua pesquisa, o pesquisador inserirá seus próprios comportamentos em suas anotações de pesquisa (CAPLOW, 1970).

No que diz respeito à análise propriamente dita, deve-se lamentar a relativa ausência de reflexão sobre o delicado problema da interpretação dos dados provenientes da observação. Para além da ausência de reflexão, Chapoulie (1993: 6) fala na imperfeição das análises ou em sua pouca profundidade, que ele atribui a um esclarecimento insuficiente das finalidades do uso da observação, à falta de explicitação das categorias empregadas, a um uso inadequado das anotações de observação (principalmente sua não-inserção nas análises) e, talvez a ressalva mais cortante, ao lugar secundário que os dados de observação ocupam na análise.

39. Os conselhos práticos sobre a anotação são abundantes. Seria impossível fazer um inventário deles, aqui. Verifiquemos apenas que se encontram comentários úteis sobre a anotação na obra de Hammersley e Atkinson (1983). Estes autores especificam, entre outras coisas, que a anotação depende da estratégia adotada no campo. É impossível, por exemplo, fazer anotações durante uma observação disfarçada. Eles também sugerem dissociar bem a natureza dos dados: os resumos e as citações, o verbal (ficando o mais próximo possível da falas dos atores e do vocabulário que eles utilizam) e o não-verbal.

se que se baseia, primordialmente, nos depoimentos e no conhecimento difuso da vida social⁴⁰.

/Dito isso, o procedimento de análise dos dados depende estritamente, aqui ainda, da posição teórica e epistemológica do pesquisador. Sem fazer o inventário das diferentes práticas de análise utilizadas no método de observação, podemos destacar algumas grandes correntes. Uma *concepção objetivista* enfatiza uma apreensão descritiva⁴¹ da situação social (HAMMERSLEY & ATKINSON, 1983⁴²). Uma *concepção subjetivista* visa à descoberta do sentido subjetivo dos comportamentos dos atores sociais/Entretanto, como o ressalta Emerson (1981: 356), essa tradição de análise não ocorre sem problemas. Assim, os atores sociais têm, em geral, um conhecimento e uma experiência que eles não podem sempre exprimir satisfatoriamente, daí resultando o risco de deformação e de simplificação⁴³. Visando reduzir tal risco, Corin et al. (1990) adotam uma estratégia de interpretação que procede de uma "dupla hermenêutica": "Não se pode certamente colher dados etnográficos ou relatos [...], sem que eles incorporem mais ou menos claramente um primeiro nível explícito de interpretação, as pessoas dando efetivamente um sentido às coisas, e competindo aos pesquisadores levar em conta essa interpretação" (CORIN et al., 1990: 20). Por outro lado, o trabalho de análise do pesquisador exige uma interpretação de segundo grau, "que estende em inúmeros casos as interpretações dos informantes, mas que igualmente se separa delas, considerando o fato de que o pesquisador também possui dados relativos a um contexto mais amplo, que relativiza o discurso do informante." (*ibid.*). Com o objetivo de otimizar essa estratégia, Corin et al. (1990) adotaram, em uma pesquisa antropológica sobre os problemas de saúde mental em Québec, uma estratégia de análise que se baseia em três princípios. O primeiro é o do "diálogo com o meio", pela escuta atenta a seus membros. O segundo é o da impregnação pelo compartilhamento da proximidade da vida co-

40. Essa ressalva faz lembrar que a observação do que se entende por "práticas sociais" não é evidente e que a oposição entre discursos e práticas é perversa. Nesse sentido, Favret-Saada declara a respeito de seu desejo de pesquisar as práticas de bruxaria em Bocage: "No campo, não encontrei, entretanto, senão a linguagem. Durante longos meses, o único fato empírico que pude constatar foi a palavra" (FAVRET-SAADA, 1977: 20).

41. Fortes ([1970], em Johnson, 1990: 5) distingue entre descrição e análise. Numa descrição, as observações são reunidas tal como elas se apresentam em sua ordem de ocorrência. Por exemplo, o casamento poderá ser descrito como uma seqüência de atividades costumeiras (encontros galantes, noivados, bodas, etc.). Em contrapartida, na análise, é preciso romper a seqüência empírica das atividades, para reagrupá-las em categorias sobre uma base teórica. No exemplo do casamento, a análise consistirá em evidenciar as categorias teóricas, tais como os direitos e os deveres.

42. Hammersley e Atkinson (1983: 174) especificam que essa tradição é influenciada pelo naturalismo.

43. Além disso, a perspectiva dos atores não pode ser determinada simplesmente perguntando-lhes o que eles fazem. Desse modo, obtém-se mais uma perspectiva da ação (tornar o sistema significativa para o outro) e menos a perspectiva na ação (tornar a ação significativa para os próprios atores, ou para outros atores tomados na mesma situação).

tidiana com a população pesquisada. O terceiro consiste na manutenção da distância ideal em termos da presença e do diálogo, a fim de "fazer surgir o sentido, ampliando as interpretações dadas pelas próprias pessoas" (p. 20).

Uma das tradições analíticas melhor formalizadas é, sem dúvida, aquela que deriva da teorização enraizada. Nessa tradição, a análise é produto de uma interação entre um sujeito e um objeto e ela se constrói progressivamente, durante a coleta de dados⁴⁴. Uma tal abordagem íntegra (ao menos idealmente) as condições nas quais se desenvolvem os acontecimentos observados⁴⁵. O princípio-chave desse procedimento é o de que as hipóteses são constantemente revisadas ao longo do processo de pesquisa, até que o fenômeno observado seja consistente (CORBIN & STRAUSS, 1990). Nesse sentido, um movimento dialético entre as observações feitas e a análise dos dados constitui o procedimento próprio à observação participante (CHAUCHAT, 1985: 116).

Becker e Geer (1960) propõem um modelo de tratamento dos dados calcado em um modelo quantitativo: a análise seqüencial. Este tipo de análise comporta três etapas principais: a seleção e a definição dos problemas, bem como dos conceitos e dos índices; a verificação da freqüência e da distribuição do fenômeno; e, a incorporação dos resultados em um modelo de organização.

Em termos da análise, não se pode silenciar a emergência de uma abordagem, dita narrativa, que se assemelha à análise do relato ou à do discurso etnográfico⁴⁶. Essa corrente, que se baseia principalmente na antropologia cultural, na tradição dos *cultural studies* e no movimento feminista⁴⁷, recorre às análises da escrita e do discurso etnográficos para compreender como os pesquisadores interpretam e explicam os acontecimentos sociais e culturais (JOHNSON, 1990). Designada como uma metaetnografia, a abordagem narrativa visa, entre outras coisas, produzir uma análise comparativa das pesquisas de campo que foram publicadas, não sob uma ótica de validação, mas sim com o objetivo de chegar a uma nova interpretação do todo (NOBLIT & HARE, 1988⁴⁸).

44. A concepção de Devereux (1980) se filia a essa idéia. Assinalemos, também, que a posição de Bourdieu (1972: 160) é um pouco ambivalente a esse respeito, já que ele considera que a antropologia deve romper com a experiência indígena, simplesmente admitindo que o saber depende tanto do ponto de vista do observador sobre um objeto, quanto da atividade prática constituída pelo observador em objeto de observação e de análise.

45. Chauchat (1985: 118) avalia que a imbricação do observador com a situação observada é tal, que o trabalho de análise requer um distanciamento em relação aos dados. Para ele, a observação participante é, primordialmente, um trabalho de relação e de análise.

46. Esse tipo de análise tem início nos anos 1960 e ganha impulso nos anos 1980 (TEDLOCK, 1991).

47. Pode-se citar, particularmente, a influência marcante de Clifford, Marcus, Geertz, Fiske e Olesen. A obra de Denzin e Lincoln (1994) faz eco a essa tendência recente de uma pesquisa qualitativa que se insere na tradição do pós-modernismo.

48. São testemunhos desse novo gênero de análise os trabalhos e as obras de Clifford e Marcus (1986), Marcus e Fischer (1986), Van Maanen (1988), Atkinson (1992) e Sangren (1992).

Numa outra ordem de idéias, a questão da análise leva inevitavelmente à questão, incontornável, da validade e da confiabilidade dos dados que, assim como nos outros métodos de coleta, não é ausente de reflexões sobre a observação. Pourtois e Desmet (1989: 26) lembram, aliás, que uma das principais críticas formuladas contra a observação participante concerne à sua fraca "cientificidade", pelo fato de que ela "leva em conta a subjetividade do pesquisador". Este aspecto, como o vimos, é diferentemente considerado, conforme a perspectiva teórica adotada. Na concepção subjetivista e construtivista, a subjetividade não aparece como um viés ou um elemento de invalidação, mas contrariamente, como um dado, que é parte integrante do processo de elaboração do saber, e deve ser plenamente inserido no procedimento de análise dos dados.

Uma recente tendência entre um número crescente de pesquisadores consiste em empregar procedimentos de validação que se afastam das noções ou dos conceitos habituais derivados dos modelos quantitativos da pesquisa (EMERSON, 1981: 362). Por exemplo, Becker (1958) propõe garantir a fidelidade das observações, repetindo-as durante um certo tempo por meio de procedimentos variados de observação, ou pelo trabalho em equipe, geralmente de ordem multidisciplinar. Quanto à validade dos resultados, ela poderia ser incrementada pelo retorno destes ao campo, com os atores podendo, então, testemunhar a veracidade da pesquisa⁴⁹.

Alguns critérios gerais aplicados aos dados de observação podem servir para garantir-lhes a maior validade possível. Em primeiro lugar, o critério de *proximidade das fontes*: uma observação "de perto" e de primeira mão vale sempre mais do que uma de segunda mão. Um outro critério geralmente citado é o da *inter- e da intra-subjetividade*: quando vários observadores concordam em descrever uma situação nos mesmos termos, a validade desta descrição aumenta. Por fim, na etapa da análise dos dados, os critérios de *saturação dos dados*⁵⁰ (quando todos os novos dados são redundantes), de *exaustividade* da teoria elaborada (ela pode explicar a totalidade dos fatos observados) e de sua *consistência interna*⁵¹ constituem as tantas garantias de uma validade considerável. /

49. Hammersley e Atkinson (1983) ressaltam que esse procedimento de validação comporta limites. É, principalmente, difícil presumir que todo ator seja um comentarista privilegiado de suas próprias ações. Do mesmo modo, pode ser do interesse de uma pessoa interpretar mal as interpretações do pesquisador, ou contestá-las.

50. Angers enfatiza a importância desse princípio. Assim, "quando mais de uma pessoa observada age da mesma maneira, ou quando suas falas convergem, trata-se aí de um dado importante a coletar. O acúmulo dessas observações e dessas repetições, diríamos, possibilitará o que se denomina uma saturação das fontes; ou seja, todas as possibilidades de reações em relação a uma situação foram pesquisadas e tornaram-se redundantes" (ANGERS, 1992: 270).

51. Certamente, como é pouco freqüente que se possa observar uma mesma situação mais de uma vez, a cientificidade da observação se deve muito a fatores internos de coerência e de consistência: "O pesquisador deve, então, assegurar-se de que todas as suas observações são pertinentes e coerentes, de tal modo que se vários pesquisadores se encontrassem simultaneamente no campo, todos estariam de acordo com essas observações" (ANGERS, 1992: 270).

No caso da observação participante, o pesquisador não recorre necessariamente ao procedimento de comprovação hipotético-dedutiva clássica, mas ele não se satisfaz tampouco com uma “especulação sem verificação empírica”. O trabalho de análise realizado é particular e pode parecer, à primeira vista, pouco “sistemático”. Assim, como o enfatiza Chauchat:

Nenhuma técnica vem simplificar a elaboração dos dados, a organização das anotações feitas, a busca de um sentido para os acontecimentos que são produzidos. Não existe dogma na matéria; contudo, alguns autores, por meio de sua prática, dão indicações que, sem serem regras absolutas, possibilitam precisar o objeto da análise em qualquer observação participante, assim como seus pontos fortes (CHAUCHAT, 1985: 117).

Segundo Pourtois e Desmet (1989: 26), a análise dos dados exige “a transparência do pesquisador”, principalmente por meio de seu diário de campo, assim como pelo recurso “a modelos teóricos múltiplos (triangulação teórica)”. Segundo eles, a devolução aos atores pesquisados, para corroboração dos principais resultados, constitui “um excelente meio de controlar sua confiabilidade” e “também incrementa a sua credibilidade (validade de significância)”. Além disso, eles avaliam que o recurso à “triangulação dos observadores pode ajudar a verificar a constância interna das conclusões”.

Em suma, a metodologia da observação, não mais que os outros métodos de coleta de dados nas ciências humanas, não possui critérios absolutos de “cientificidade”; tais critérios, aqui como acolá, são relativos.

As dimensões éticas

Toda pesquisa que se refere a indivíduos ou grupos sociais é passível de suscitar problemas éticos. Por isso, é imperioso “estabelecer um compromisso entre as exigências metodológicas, de uma parte, e deontológicas, de outra parte” (MONTANDON, 1983: 216). Sobre a questão de saber se o pesquisador deve ser “de uma franqueza absoluta com os interessados”, Montandon (1983) avalia que, no campo, a resposta não é tão clara e que, de fato, “compromissos são, na maioria dos casos, inevitáveis”. Por exemplo, ela ressalta que os debates ocorridos tanto na Europa como nos Estados Unidos quanto à regulamentação governamental da pesquisa, “mostraram que não é fácil estabelecer princípios éticos que possam satisfazer a todos os pesquisadores. As regras criadas pelas pesquisas experimentais, na maioria das vezes, correspondem mal às realidades do trabalho de campo e às técnicas de observação participante empregadas nas ciências sociais” (p. 218). Para além das declarações de princípios, e visando chegar a proposições mais realistas, muitos insistem na necessidade de examinar a prática concreta dos pesquisadores no campo. É nessa perspectiva que Montandon diz:

Se os diferentes códigos ou diretrizes se referem a um modelo ideal de pesquisador acima de qualquer suspeita, respeitando os interesses dos sujeitos de sua pesquisa, levando em conta suas obrigações em relação a seus colegas, financiadores, etc., o exame das condições de pesquisa mostra que, muito freqüentemente, esse modelo está longe daquilo que se passa realmente. O pesquisador, principalmente o pesquisador de campo, é levado não só a assumir compromissos, mas também, por vezes, a dissimular a verdade para seus interlocutores (MONTANDON, 1983: 218).

Emerson (1981: 369) ressalta que as questões éticas e políticas são centrais na pesquisa por observação. Ele parte da constatação de que há um excesso de estudos sobre os pobres, os grupos étnicos, os desafortunados, mas que, em contrapartida, há muito menos estudos sobre as classes médias e superiores. Muitos pesquisadores se questionam sobre as conseqüências provocadas, no plano político, pelo desvendamento das perspectivas tanto do mundo dos desviantes, como dos que não têm poder. Alguns pesquisadores avaliam que essas tendências devem mudar e que é preciso se voltar para o estudo das elites. Mas estamos, assim, frente aos problemas de acesso e de cooperação.

Por outro lado, verifica-se o emprego de regulamentações, pelo Estado, visando proteger os sujeitos humanos na pesquisa científica (principalmente pela obrigação do pesquisador em obter o seu consentimento escrito). Não se opondo absolutamente a isso, Emerson (1981) se mostra crítico em relação a essa tendência que comporta perigos de burocratização da pesquisa e de intrusão do governo (e, portanto, de controle) na livre condução da pesquisa.

Os problemas de ordem ética se colocam desde o início do processo. Assim, a partir de então, o pesquisador deve poder indicar claramente a finalidade da pesquisa, sua afiliação, os financiadores, seu empregador, a duração prevista do estudo e o método utilizado. E, de uma maneira mais global, ele deve poder garantir o caráter confidencial e o anonimato. Apesar disso, como o constata Deslauriers (1991: 48), a autorização de observar um meio ou uma organização nem sempre é facilmente concedida. Deslauriers enfatiza que em matéria de observação, duas questões éticas são constantemente levantadas na literatura. A primeira concerne à divulgação, ou não, da identidade do pesquisador; e a segunda, ao debate sobre o direito à vida privada, de um lado, e sobre o direito de trabalhar para o avanço da ciência, de outro lado. Cada tese tem seus defensores e seus detratores. Assim, os principais argumentos a favor da não-divulgação "são que as atividades desses grupos são de domínio público; porém, eles são reticentes em se deixar observar, nem sempre querem colaborar e podem ter um comportamento enganoso" (p. 55). Nesse contexto, pareceria preferível que o pesquisador não revelasse a sua identidade. Entretanto, esta estratégia não se dá sem acarretar dificuldades de aplicação. Por exemplo, o pesquisador que permanece anônimo corre o risco de levantar, rapidamente, suspeitas com suas inúmeras questões. Um outro argumento é que o

esforço consagrado à dissimulação é mais ou menos elevado a esforço de análise. E, finalmente, apesar de todas essas tentativas, o sucesso está longe de estar assegurado. Em suma, vale mais tentar “manter um grau de integridade em seus trabalhos” (p. 56), o que requer, ao mesmo tempo, o respeito das pessoas e do meio, e uma vontade de fazer progredir os conhecimentos sobre o assunto pesquisado. A questão da dissimulação da identidade do pesquisador fez correr muita tinta e pode ser ilustrada pelo debate clássico que opôs Denzin (1968) a Erickson (1967) (ver quadro na p. 281).

Tremblay (1985: 31) também se preocupa com as dimensões éticas da observação participante: não tomar partido; explicar os objetivos do trabalho e a utilização dos resultados; não exercer pressões sobre os informantes para obter informações; garantir a discrição no processo; implantar uma seção de informação pública para avisar as elites locais sobre os procedimentos de observação e permitir-lhes entrar em contato com os observadores, etc. O autor insiste no processo de inserção no meio: o observador deve seguir o curso “natural” dos acontecimentos, e não queimar etapas.

Por sua vez, Bariteau (1985: 279) sugere manter um diálogo com as populações diretamente referidas pelas pesquisas e favorecer um “olhar crítico” sobre o processo e os resultados da pesquisa. Ele insiste num princípio ético essencial, ou seja, o retorno dos resultados às pessoas diretamente envolvidas, pois, para ele, o campo é um ato de troca, e não uma simples operação de coleta dos dados (p. 280).

O debate sobre a ética na pesquisa qualitativa adquiriu, ultimamente, um vigor inesperado. Com efeito, vários colóquios quebequenses recentes trataram dessa questão; por exemplo, o da Associação para a Pesquisa Qualitativa (1993) e o do Conselho Quebequense da Pesquisa Social, intitulado “A ética na pesquisa social” (1994). Dessa reflexão, resulta que várias questões éticas, por exemplo, referentes ao consentimento esclarecido, ao respeito aos direitos individuais e coletivos e à confidência, não podem mais ser abordadas como antes. Assim, Bernier (1993) coloca a questão do respeito metodológico ao ator, bem como a do respeito ético ao informante na condução de uma pesquisa qualitativa. De igual modo, Caron (1993) tenta delimitar um certo número de exigências éticas para as pessoas envolvidas em um processo de pesquisa em parceria, procedimento que comporta um conjunto de exigências éticas, cujas três principais são: 1) um real voluntariado da parte de todas as pessoas engajadas em um processo de pesquisa; 2) uma prática focada nos valores democráticos de autonomia, liberdade, igualdade, respeito mútuo; 3) uma fé comum em uma verdade que se constrói pela cooperação e o diálogo” (CARON, 1993: 69).

Verifica-se, por outro lado, um deslocamento da reflexão ética que, por muito tempo focada no respeito aos direitos individuais, preocupa-se, cada vez mais, com o respeito aos direitos coletivos. Como o aponta Seifer (1994: 41), “a dinâmica criada pelo desenvolvimento de um projeto, a integração entre os pesquisadores

e os trabalhadores, ou com seus representantes sindicais, a devolução dos resultados aos membros do grupo pesquisado, são as muitas situações sobre as quais podem se colocar as questões em relação aos direitos coletivos”.

Em suma, as relações dos pesquisadores com o meio fazem surgir enfoques éticos importantes, já que toda pesquisa sobre um meio corre o risco de modificar a dinâmica das relações sociais nessa comunidade (SABOURIN e GRENIER, 1993).

Uma polêmica a respeito da observação disfarçada

Denzin, partidário da dissimulação, relata os princípios morais da lógica de Erickson, que se opõe à observação disfarçada. Um desses princípios é o de que o pesquisador não tem o direito de observar aqueles que não lhe deram seu consentimento; posição esta que, cabe precisar, agrega um bom número de pesquisadores da comunidade científica. Denzin acredita, ao contrário, que todo pesquisador tem o direito de observar seja quem for, e no contexto de sua escolha, desde que o faça em conformidade com objetivos científicos, ou seja, o avanço do conhecimento. Conforme um segundo princípio, a falta de ética da pesquisa de campo por dissimulação prejudica a comunidade científica, que pode, assim, ver fecharem-se portas para as futuras pesquisas de campo. Denzin considera que tal ameaça não é particularidade da observação clandestina, já que a falta de ética também pode se revelar em uma observação aberta, ou em qualquer outro método de pesquisa. Erickson acredita que a observação disfarçada constitui uma ingerência na vida privada, enquanto, para Denzin, esse princípio pressupõe que se possa definir o que é da ordem do público ou do privado. Por outro lado, Erickson entende que os papéis dissimulados causam um descontentamento para aqueles que são pesquisados. Para Denzin, a questão não é saber se o fato de carregar uma máscara é ético ou não, mas sim, a de saber qual máscara se pode carregar. E ele acrescenta que toda máscara que não busca deliberadamente fazer mal àqueles que são observados é aceitável. Erickson, em contrapartida, pensa que a observação disfarçada é capaz de suscitar um mal-estar nos pesquisadores. Denzin, por sua vez, avalia que algumas pessoas se sentem mais à vontade em um papel disfarçado, do que num papel de entrevistador. Portanto, não haveria problemas éticos intrinsecamente ligados ao método de observação disfarçada.

Além disso, segundo Erickson, os dados coletados por observação disfarçada são falsos, uma vez que faltam meios ao observador para avaliar o efeito de sua presença nas pessoas ou no fenômeno observados. Denzin responde que é sempre importante recorrer à pesquisa pós-observador, na qual o pesquisador pergunta precisamente aos sujeitos o que eles pensam da experiência e de seus efeitos possíveis. Crer que a observação disfarçada pode provocar mais modificações negativas é mal fundamentado, considera Denzin; aqui, ainda, trata-se de um problema empírico e não ético. Em suma, Denzin pensa que a divulgação do papel nem sempre é possível, exatamente porque as intenções e os objetivos da experiência não são, ao menos inicialmente, sempre muito claros para o próprio pesquisador. Mais fundamentalmente, Denzin julga que as experiências de observação disfarçada fizeram avançar tanto, ou mais, o conhecimento científico, do que aquelas em que o pesquisador admite seu papel.

A observação direta e a pesquisa em Québec

Globalmente, pode-se reconhecer que a observação direta ocupou e ainda ocupa um lugar diferenciado no processo de pesquisa. Dois eixos se apresentam em relação ao uso da observação na pesquisa social: o *eixo da verificação empírica* e o *eixo de apreensão de novos objetos*. No primeiro, as pesquisas recorreram à observação, principalmente enquanto método possibilitando corrigir a imperfeição dos outros métodos de coleta de dados, e tendendo, portanto, a concebê-la como tal. A observação não é mais, então, do que um método passível de garantir um *grau de validade* mais elevado. É certamente no segundo eixo, o da apreensão de novos objetos, que a observação direta foi mais amplamente utilizada nas ciências humanas. Nesses casos, ela serviu de instrumento de coleta de dados, quando havia falta de dados e de análises empíricas para o estudo de um grupo social ou de um meio de vida. É, principalmente, no segundo eixo que nós tomamos exemplos de pesquisas, visando ilustrar os diferentes usos da observação direta, em Québec.

A fim de fazer um apanhado dos tipos de pesquisa que recorreram à observação participante, em Québec, consultamos os anais da Associação Canadense-Francesa dos Antropólogos e dos Sociólogos (Acfas). Ainda que não-exaustiva, e com intuito estritamente ilustrativo, essa consulta permitiu-nos constatar que o referido método de produção de dados se insere em práticas e campos disciplinares tão diversificados quanto a antropologia, a sociologia, a psicologia, a educação, a assistência social, a criminologia e a saúde.

À primeira vista, parece que é no setor da educação e da psicologia, que a observação é mais freqüentemente utilizada. Porém, nesse âmbito, a observação se coloca num contexto de experimentação, no qual os dados são geralmente produzidos segundo um modelo quantitativo. Por exemplo, Beaulieu e outros (1986) procederam a uma série de observações no meio escolar, para pesquisar o comportamento empático dos alunos em relação a seus colegas de classe. Podem-se citar pesquisas, como a da análise por observação das atitudes e aptidões criativas nas atividades dramáticas (SAINT-JACQUES, 1986), a observação da aprendizagem da escrita junto a crianças surdas (GÉLINAS & DUBUISSON, 1986), ou o estudo dos problemas de comportamentos numa creche (GOUPIL et al., 1986).

O setor da sociologia do trabalho parece particularmente aberto à pesquisa por observação. Por exemplo, Bagaoui e Lévesque (1991) realizaram um estudo em profundidade de uma empresa de móveis de Estrie, visando analisar o sistema de "qualidade total" como conceito de democratização das relações de trabalho. A mudança tecnológica foi analisada por observação em uma pesquisa de Boily (1991) e de Lavigne, Bernier e Sales (1989). A primeira se interessou pelas modalidades de implantação da mudança tecnológica junto a engenheiros de uma grande empresa canadense, combinando observação, questionário e entrevistas. Por sua vez, Lavigne,

Bernier e Sales analisaram a incidência da mudança tecnológica sobre o trabalho dos caixas de supermercado, por meio de entrevistas e de observações dos postos de trabalho. Harrison e Thériault (1990) examinaram as transformações organizacionais e as divisões do trabalho em uma empresa de fabricação têxtil.

Às vezes, essa técnica permite explorar novas problemáticas sociais. Por exemplo, Côté (1989) utilizou a observação participante para melhor compreender os jovens itinerantes de Montreal. Chamberland e Bouchard (1990) recorreram a informantes-chaves, para melhor delimitar o problema dos comportamentos de abuso e de negligência de pais para com seus filhos, em diferentes meios socioeconômicos urbanos. De igual modo, Deslauriers e Brassard (1989) fizeram uso da observação participante para descrever a realidade cotidiana dos indivíduos e das famílias que vivem em HLM, ou numa cooperativa habitacional.

Por sua vez, Mintzberg (1979) e Aktouf (1987) revalorizaram o recurso à observação no campo organizacional em Québec, assim como Fortin (1987) analisou, por um procedimento de observação participante, o funcionamento de uma organização comunitária. Segundo Mintzberg (apud Aktouf, 1987: 191), a teoria das organizações foi, até o momento, bastante obscurecida pela "obsessão do rigor" e da medida estatística, e é tempo de voltar a um procedimento de base, isto é, a observação do funcionamento organizacional, a fim de formular interpretações mais criativas.

Na antropologia, a observação constitui, frequentemente, o modo privilegiado para penetrar num meio cultural determinado. Por exemplo, Bouchard (1980) pesquisou por observação o universo cultural dos caminhoneiros quebequenses. Corin et al. (1990) empregaram igualmente a observação participante para elaborar sua análise antropológica dos problemas sociosanitários em Québec. Após terem pesquisado a situação em seis localidades em Abitibi, eles mostraram que as diversas manifestações de problemas sociais (violência, alcoolismo, uso de drogas, depressão, etc.) têm um sentido distinto, conforme as especificidades desses diferentes meios geográficos e culturais. Esse procedimento metodológico se apóia sobre uma hipótese básica, a de que "a totalidade das percepções e das representações quanto aos problemas de saúde se reflete diretamente nas reações e ações que estes problemas suscitam, influenciando principalmente o lugar conferido aos recursos profissionais num universo mais amplo de busca de soluções" (CORIN et al., 1990: 19). Sem levar esse aspecto em consideração, corre-se o risco de chegar a uma inadequação sociocultural dos serviços, em relação às necessidades e expectativas específicas desses meios geográficos e culturais.

Fundamentalmente, o mesmo método e a mesma perspectiva são encontrados em Bibeau e Perreault (1995), que retratam de modo surpreendente os dramas humanos vividos num bairro carente de Montreal, no qual se instalaram a prostitui-

ção de rua e os locais de acolhida aos toxicômanos que se injetam sob supervisão médica (*shooting galleries*). Nessa pesquisa, a escuta das histórias de vida e a observação do meio foram utilizadas complementarmente⁵².

No campo socio-sanitário, pode-se citar a pesquisa de Cournoyer (1986) sobre as percepções das mulheres decorrentes das condições do parto. Pode-se também mencionar a pesquisa de Côté (1989), que adotou uma abordagem por observação para compreender as estratégias de sobrevivência dos jovens itinerantes em Montreal; a de Binet e Shérif (1992), para analisar os comportamentos de adolescentes no centro de acolhimento; a de Dorvil (1988), para delimitar as interações dos habitantes de quatro meios socioculturais com os doentes mentais. Um pouco na linha dos trabalhos de Goffman (1961), Vinet (1975) observou e analisou o fenômeno da violência em relação aos pacientes num hospital psiquiátrico quebequense. Ainda no campo da saúde mental, Lecompte (1991) recorreu à análise das observações dos interventores, a fim de conhecer melhor os mecanismos de adaptação dos doentes mentais crônicos à vida cotidiana. Em outros casos, o processo de observação é mais sistemático e estruturado. Citemos, a título de exemplo, o quadro de avaliação das pessoas idosas, ditas "confusas", nos centros de acolhimento (AUBIN, 1982).

Alguns pesquisadores utilizaram essa técnica para observar, de dentro, os fenômenos mais marginais, como o das dançarinas nuas (DESAULNIERS, 1978; GAGNON, 1984); o dos nômades (ROY, 1988); ou ainda, o das prisões (STANKO, 1980).

Conclusão

Como pudemos constatar nesse apanhado histórico, teórico e metodológico, a abordagem por observação participante pode se basear, doravante, numa sólida e rica tradição nas ciências sociais. A abundante produção científica – que engloba tanto as reflexões metodológicas em torno dessa abordagem como as pesquisas empíricas realizadas segundo esse procedimento, em Québec como alhures – confirma essa base teórica e metodológica que faz da observação um método indispensável em qualquer manual básico ou obra geral referente à metodologia na pesquisa qualitativa.

52. O antropólogo pode, certamente, observar comportamentos, testemunhar interações entre pessoas, ou descrever práticas específicas; porém, ele permanece tanto tempo no exterior da realidade apreendida, que ele não colhe, paralelamente, os comentários, glórias e interpretações que os próprios atores sociais elaboram em relação a seus comportamentos e práticas. Como o sentido nunca é espontaneamente legível na superfície de uma realidade que continua, portanto, muda, ou melhor, que extrapola um excesso de sentido, o antropólogo não pode revelar a ambigüidade que acompanha toda ação humana, senão pondo-se à escuta do discurso dos próprios atores sociais" (BIBEAU & PERREAULT, 1995: 50).

À semelhança de outros métodos e técnicas tradicionalmente associados à pesquisa qualitativa, a observação participante enfrentou críticas severas, principalmente em termos da cientificidade, no contexto da dominação do empirismo quantitativo, durante os anos 1950. Contudo, tais críticas, longe de enfraquecer essa abordagem, permitiram, ao contrário, o seu reforço, incitando os praticantes a uma “transparência metodológica”, por meio da publicação de relatórios de pesquisa e reflexões epistemológicas e metodológicas.

Atualmente, pode-se convir que os princípios e as técnicas de observação, suas modalidades de aplicação e seu contexto ético são largamente sistematizados, mesmo quando discussões e adaptações são sempre possíveis e até desejáveis. No entanto, se sua contribuição e sua riqueza no processo de produção do conhecimento e do saber não são mais questionadas, isso não impede que seu lugar no processo de pesquisa continue frágil ou incerto. De fato, alguns sociólogos acreditam que a observação participante é menos uma técnica de pesquisa, do que um tipo de relação que o pesquisador estabelece com seu universo social (CHAPOULIE, 1993; ATKINSON & HAMMERSLEY, 1994), e também que ela constitui uma das estratégias possíveis da abordagem mais geral da pesquisa de campo, ou pesquisa etnográfica. Conseqüentemente, o próprio uso do termo observação participante (ou de observação direta) tende a desaparecer em proveito do de “pesquisa de campo”, ou de “abordagem etnográfica”, a fim, diga-se, de melhor dar conta da realidade de uma prática de pesquisa que implica, afinal, recorrer a uma gama de técnicas que vão da coleta de fontes documentais às entrevistas formais e informais, passando, evidentemente, pela observação propriamente dita.

Nesse sentido, deve-se admitir que a observação, da mesma maneira que qualquer outro método de pesquisa, apresenta possibilidades e limites dos quais é preciso estar consciente. Nós enfatizamos que a observação, apesar das várias teorizações sobre o lugar do pesquisador em sua relação com o objeto, colocava dificuldades no plano da subjetividade inerente a esse tipo de procedimento. Pode ser, por exemplo, que o envolvimento do pesquisador seja “demasiado grande”, ou ainda, que sua adaptação ao meio seja “demasiado bem-sucedida”, de modo que ele venha a “se habituar às maneiras de viver e de pensar de seus anfitriões, e a não mais ver alguns fatos significativos, pois eles parecem agora evidentes” (ANGERS, 1992: 139). Ora, a progressão de uma observação obriga o pesquisador a permanecer constantemente à espreita de novas idéias e questões para verificação. Acrescentemos que a observação direta, para poder ser realizável, constitui um procedimento que não só se aplica ao estudo de meios restritos ou de grupos limitados, como ainda se refere apenas a uma faceta de um meio de vida: as práticas e as interações sociais. O principal desafio para o pesquisador reside, assim, na possibilidade de generalizar a análise e ultrapassar as fronteiras dessa microsociologia. É possível vencer o desafio se, como o especifica Angers (p. 138), “a análise atingir uma grande qualidade”. É, então, provável que “os mecanismos vigentes não sejam únicos, nem particulares ao meio estudado, e possam servir de pontos de partida para

a exploração de outros meios; assim, pode-se superar, até um certo ponto, o caso específico⁵³. Por fim, convém mencionar um outro limite, sem dúvida mais difícil de neutralizar: a lentidão desse método, em matéria de tempo e de custos financeiros. Aí reside um conjunto de obstáculos que, sem serem insuperáveis, lembram que a observação direta pode se inserir em complementaridade com outras técnicas de coleta de dados. Em contrapartida, esse método oferece possibilidades proporcionais, de certa forma, a seus limites. Sua força consiste em permitir a aquisição de conhecimentos sobre os meios fechados ou inacessíveis, ou sobre os objetos de pesquisa para os quais a sociologia empírica quantitativa se mostra inapropriada. Ele tem a vantagem de levar a uma compreensão mais profunda da realidade social. Nós também vimos que ele se apresenta como o único método possível para tentar reduzir a distância entre os discursos e as práticas concretas dos atores sociais.

Dito isto, o que resulta da evolução dos debates epistemológicos e teóricos e dos usos e das práticas desse método é a sua diversidade no plano dos objetos, das práticas, dos usos, das posições epistemológicas e teóricas. Efetivamente, assiste-se a um deslocamento e a uma explosão das visões. Aplicada à pesquisa de meios "exóticos", e, depois, à de meios "marginalizados", a observação direta se torna um instrumento por excelência de conhecimento de meios completamente fechados ou desconhecidos. Viu-se que a prática e o uso desse método se inseria tanto num modelo naturalista, em que o conhecimento é o produto da explicação e da objetivação de dados colhidos, quanto num modelo subjetivista, no qual o conhecimento é produzido pela estreita ligação entre o objeto observado e o sujeito observante. Também se constatou que as modalidades de inserção do pesquisador no campo variam e que elas decorrem de suas posições epistemológicas referentes à sua relação com o objeto, podendo esta ir do distanciamento entre o sujeito e o objeto à despolarização. A diversidade é igualmente privilegiada no que concerne aos campos disciplinares que recorreram à observação, assim como no que se refere aos meios de vida pesquisados, conforme o atestam os exemplos de pesquisas que aqui apresentamos.

O papel desempenhado pela observação na explicitação e consolidação das relações sociais assimétricas, por meio da escolha de seus objetos (os meios exóticos, desfavorecidos e marginalizados) foi e ainda é objeto de controvérsias e debates. Viu-se que essa assimetria foi denunciada, por volta do final dos anos 1960, e que ela orientou as pesquisas sobre as instituições e os centros de poder, de modo que as relações assimétricas "tradicionais" entre os pesquisadores e seus objetos de pesquisa marcam um recuo, ao menos para parte da pesquisa nas ciências sociais. Atualmente, é na tradição da corrente pós-moderna que a contestação e a rejeição dessa assimetria tomam forma. Entretanto, seu questionamento não se baseia num humanismo e numa militância científicos, mas sim, numa epistemologia da ciência, que bus-

53. O estudo de Goffman (1961) é o exemplo clássico de um tipo de análise que possibilitou, a partir de um estudo de caso (o hospital psiquiátrico), produzir uma teoria sociológica do funcionamento das instituições totais, tais como a prisão, os campos de concentração, ou o exército.

ca desconstruir a polarização das relações entre o sujeito e o objeto. Os metodologistas pós-modernos valorizam a reciprocidade e consideram que os resultados das observações devem provir de uma monografia polifônica, em que o relato do sociólogo ou do etnólogo se mistura aos relatos dos atores. Será preciso um distanciamento para apreender o efeito da contribuição dos pós-modernos para a metodologia da pesquisa de campo. Pode-se já estimar que a crítica pós-moderna, ao se interrogar sobre o estatuto do texto etnográfico, inicia uma reflexão a respeito da produção e da análise dos dados, uma vez que é preciso reconhecer que é nesse âmbito que as reflexões e as análises restam ser aprofundadas e consolidadas.

Referências

ABLON, J. (1977). "Field Method in Working with Middle Class Americans: New Issues of Values, Personality, and Reciprocity". *Human Organization*, vol. 36, n. 1, p. 69-72.

AKTOUF, O. (1987). "Une méthode de terrain et d'étude clinique à promouvoir". In: *Méthodologie des sciences sociales et approche qualitative des organisations*. Québec: Presses de l'Université du Québec, p. 163-188.

ANDERSON, N. (1923). *Le hobo: sociologie du sans-abri* (1993). Paris: Nathan.

ANGERS, M. (1992). *Initiation pratique à la méthodologie des sciences humaines*. Montreal: Centre Educatif et Culturel (CEC).

ATKINSON, P. (1992). *Understanding Ethnographic Texts*. Newbury Park (Califórnia): Sage.

ATKINSON, P. & HAMMERSLEY, M. (1994). "Ethnography and Participant Observation". In: DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (orgs.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks (Califórnia): Sage, p. 248-261.

AUBIN, S. (1982). "Élaboration et évaluation d'un projet d'intégration des personnes âgées dites 'confuses' en centre d'accueil". *Santé mentale au Québec*, vol. 10, n. 1, p. 110-120.

BAGAOUI, R. & LÉVESQUE, B. (1991). "La qualité totale: un nouveau concept de démocratisation des rapports de travail? Le cas d'une usine de meubles". *Annales de l'Acfas*, vol. 59, p. 3.

BARITEAU, C. (1985). "De la cueillette à l'échange sur le terrain". In: GENEST, S. *La passion de l'échange: terrains d'anthropologues du Québec*. Chicoutimi: Gaëtan Morin, p. 269-292.

BEAULIEU, J.; MATURIN, D.; DUPUY-WALKER, L.; BRUNEL, M.-L. (1986). "L'empathie en milieu scolaire". *Annales de l'Acfas*, vol. 54, p. 126.

BECKER, H.S. (1963). *Outsiders – Études de sociologie de la déviance* (1985). Paris, Métailié.

- _____ (1958). "Problems of Inference and Proof in Participant Observation". *Sociological Review*, vol. 23, n. 6, p. 652-660.
- _____ (1953). "Becoming a Marihuana User". *American Journal of Sociology*, vol. 59, p. 235-242.
- _____ (1952). "The Career of the Chicago Public School Teacher". *American Journal of Sociology*, vol. 57, p. 470-477.
- _____ (1951). "The Professional Dance Musician and His Audience". *American Journal of Sociology*, vol. 57, p. 136-144.
- BECKER, H.S. & GEER, B. (1960). "Participant Observation: The Analysis of Qualitative Field Data". In: ADAMS, R.N. & PREISS, J.J. (orgs.). *Human Organization Research: Field Relations and Techniques*. Homewood (Illinois): Dorsey Press, p. 267-289.
- BECKER, H.S.; GEER, B.; HUGUES, E.; STRAUSS, A.L. (1961). *Boys in White: Student Culture in Medical School*. Chicago: Chicago University Press.
- BERNARD, H.R. (1988). *Research Methods in Cultural Anthropology*. Newbury Park (California): Sage.
- BERNIER, L. (1993). "Recherche qualitative: respect méthodologique de l'acteur, respect éthique de l'informateur". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 31-40.
- _____ (1987). "Les conditions de la preuve dans une démarche qualitative à base des récits de vie". *Actes du colloque de l'Association pour la Recherche Qualitative*, p. 7-20.
- BIBEAU, G. & PERREAULT, M. (1995). *Dérives montréalaises – À travers des itinéraires de toxicomanes dans le quartier Hochelaga-Maisonneuve*. Montreal: Boréal.
- BINET, L. & SHÉRIF, T. (1992). "Les récits de vie: mode d'emploi". *Revue Canadienne de Service Social*, vol. 8, n. 2, p. 183-200.
- BOILY, C. (1991). "Les modalités d'implantation du changement technologique et la bipolarisation de ses impacts: acceptation ou résistance? Le cas des ingénieurs de CMC". *Annales de L'acfas*, vol. 59, p. 5.
- BOTTE, M.-F. & MARI, J.-P. (1993). *Le prix d'un enfant*. Paris: Robert Laffont.
- BOUCHARD, S. (1980). *Nous autres, les gars de truck: essai sur la culture et l'idéologie des camionneurs de longue distance dans le Nord-Ouest québécois*. [s.l.]: Université de McGill [Tese de doutorado].
- BOURDIEU, P. (1978). "Sur l'objectivation participante. Réponse à quelques objections". *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, n. 23, p. 67-69.

_____ (1972). *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Minuit.

BRUYN, S.T. (1967). "The New Empiricists: The Participant Observer and Phenomenologist". *Sociology and Social Research*, vol. 51, n. 3, p. 317-322.

BURGESS, R.G. (org.) (1982). *Field Research: A Sourcebook and a Field Manual*. Londres: George Allen and Unwin.

CAPLOW, T. (1970). "L'observation". In: *L'enquête sociologique*. Paris: A. Colin, p. 149-162.

CARON, A. (1993). "Les exigences éthiques d'une recherche en partenariat". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 68-75.

CASSEL, J. (1977). "The Relationship of Observer to Observed in Peer Group Research". *Human Organization*, vol. 36, n. 4, p. 412-416.

CHAMBERLAND, C. & BOUCHARD, C. (1990). "Communautés à risques faibles et élevés de mauvais traitements - Point de vue d'informateurs clés". *Service Social*, vol. 39, n. 2, p. 76-101.

CHAPOULIE, J.-M. (1993). "La place de l'observation et du travail de terrain dans la recherche en sciences sociales". *Actes du colloque du Conseil Québécois de la Recherche Sociale de l'Acfas* (Rimouski, 17-18 de mai), p. 67-82.

_____ (1984). "Everett C. Hughes et le développement du travail de terrain en France". *Revue Française de Sociologie*, vol. 25, n. 4, p. 582-608.

CHAUCHAT, H. (1985). "L'observation". In: *L'enquête en psychosociologie*. Paris: PUF, p. 87-120.

CLASTER, D.S. & SCHWARTZ, H. (1972). "Strategies of Participation in Participant Observation". *Sociological Methods of Research*, vol. 1, n. 1, p. 65-96.

CLIFFORD, J. & MARCUS, G.E. (orgs.) (1986). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press.

CORBIN, J. & STRAUSS, A.L. (1990). "Grounded Theory Research: Procedures, Canons, and Evaluative Criteria". *Qualitative Sociology*, vol. 13, n. 1, p. 3-21.

CORIN, E.; BIBEAU, G.; MARTIN, J.-C.; LAPLANTE, R. (1990). *Comprendre pour soigner autrement*. Montreal: Presses de l'Université de Montréal.

CÔTÉ, M. (1989). "Fuite et stratégies de survie des jeunes de la rue à Montréal". *Santé Mentale au Québec*, vol. 14, n. 2, p. 150-158.

COURNOYER, M. (1986). "Les perceptions des femmes crieuses sur les conditions d'accouchement". *Annales de l'Acfas*, vol. 54, p. 454.

DELLA BERNARDINA, S. (1989). "Équation personnelle et statut de l'observateur dans la tradition ethnologique". *Sociologie du Sud-Est*, n. 59-62, p. 6-26.

- DENZIN, N.K. (1968). "On the Ethics of Disguised Observation". *Social Problems*, vol. 15, p. 502-504.
- DENZIN, N.K. & LINCOLN, Y.S. (orgs.) (1994). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks (California): Sage.
- DE ROBERTIS, C.; PASCAL, H. (1987). *L'intervention collective-en travail social*. Paris: Le Centurion.
- DESAULNIERS, J.-P. (1978). "Le topless du quartier". *Possibles*, vol. 2, n. 4, p. 147-151.
- DESCHAMPS, C. (1993). *L'approche phénoménologique en recherche: comprendre en retournant au vécu de l'expérience humaine*. Montreal: Guérin Universitaire.
- DESLAURIERS, J.-P. (1991). *Recherche qualitative – Guide pratique*. Montreal: McGraw-Hill.
- _____ (1982). "Guide de recherche qualitative". *Bulletin de recherche*, n° 62. Sherbrooke: Université de Sherbrooke.
- DESLAURIERS, J.-P. & BRASSARD, M.-J. (1989). *Pouvoir habiter*. Chicoutimi: Université du Québec en Chicoutimi.
- DEVEREUX, G. (1980). *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion.
- DONZELOT, J. (1976). *La police des familles*. Paris: Minuit.
- DORVIL, H. (1988). *De l'annonciation à Montréal: histoire de la folie dans la communauté (1962-1987)*. Montreal: Émile-Nelligan.
- DOUGLAS, J.D. (1976). *Investigative Social Research: Individual and Team Field Research*. Beverly Hills (California): Sage.
- DUFOUR, S.; FORTIN, D.; HAMEL, J. (1991). *L'enquête de terrain en sciences sociales – L'approche monographique et les méthodes qualitatives*. Montreal: Saint-Martin.
- EASTHOPE, G. (1974). *A History of Social Research Methods*. Londres: Longman.
- EMERSON, R.M. (1981). "Observational Field Work". *Annual Review of Sociology*, vol. 7, p. 351-378.
- ERICKSON, K.T. (1967). "A Comment on Disguised Observation in Sociology". *Social Problems*, vol. 12, p. 366-373.
- FAVRET-SAADA, J. (1977). *Les mots, la mort, les sorts: la sorcellerie dans le Bocage*. Paris: Gallimard.
- FORTIN, A. (1987). "L'observation participante: au cœur de l'altérité". In: DESLAURIERS, J.-P. (org.). *Les méthodes de la recherche qualitative*. Québec: Presses de l'Université du Québec, p. 23-33.

_____ (1985). *Le Rézo: essai sur les coopératives d'alimentation saine au Québec*. Québec: Instituto Quebequense de Pesquisa sobre a Cultura.

_____ (1982). "Au sujet de la méthode". In: DUPUIS, J.-P.; FORTIN, A.; GAGNON, G.; LAPLANTE, R.; RIOUX, M. (orgs.). *Les pratiques émancipatoires en milieu populaire*. Québec: Instituto quebequense de Pesquisa sobre a Cultura, p. 79-123 [Coleção Documentos Préliminaires, n. 2].

GAGNON, J. (1984). "Le bar de danseuses nues". In: *La pornographie et le monde urbain*. Montréal: Grupo de Pesquisa en Arte Audiovisual (Graav), p. 53-71.

GÉLINAS, C. & DUBUISSON, C. (1986). "Difficulté de communication écrite chez l'enfant sourd: éléments d'observation et d'intervention". *Annales de l'Acfas*, vol. 54, p. 131.

GOFFMAN, E. (1961). *Asiles – Études sur la condition sociale des malades mentaux* (1968). Paris: Minuit.

GOLD, R.L. (1958). "Roles in Sociological Field Observation". *Social Forces*, vol. 36, p. 217-223.

GOUPIL, G.; COMEAU, M.; CHAGNON, Y.; BOULET, S. (1986). "Les problèmes de comportements à la garderie". *Annales de l'Acfas*, vol. 54, p. 132.

GRAWITZ, M. (1979). *Méthodes des sciences sociales*. 4. ed. Paris: Dalloz.

GROULX, L. (1985). "Analyse des mouvements sociaux et urbains: questions de méthode". *Service Social*, vol. 36, n. 2-3, p. 300-308.

HAMMERSLEY, M. & ATKINSON, P. (1983). *Ethnography: Principles in Practice*. Nova York: Tavistock.

HARRISON, D. & THÉRIAULT, G. (1990). "Implantation d'un système de gestion manufacturière et adaptation organisationnelle: une étude de cas". *Annales de l'Acfas*, vol. 58, p. 336.

HONIGMANN, J. (1973). *Handbook of Social and Cultural Anthropology*. Chicago: Rand McNally.

JACCOUD, M. (1995). *Justice blanche au Nunavik*. Montréal: Du Méridien.

JOHNSON, J.C. (1990). *Selecting Ethnographic Informants*. Newbury Park (Californie): Sage.

KOHN, R.C. (1989). "L'observation participante et la recherche-action: une comparaison". *Pratiques de Formation*, n. 18, p. 69-74.

LAPERRIÈRE, A. (1987). "Présentation: Les méthodologies qualitatives, de la théorie à la pratique". *Cahiers de Recherche Sociologique*, vol. 5, n. 2, p. 5-10.

_____ (1984). "L'observation directe". In: GAUTHIER, B. (org.). *Recherche sociale – De la problématique à la collecte des données*. Québec: Presses de l'Université du Québec, p. 225-246.

_____ (1982). "Pour une construction empirique de la théorie: la nouvelle école de Chicago". *Sociologie et Sociétés*, vol. 14, n. 1, p. 31-41.

LASCOUMES, P. (1976). "La criminologie en action ou l'ordre". *Actes*, vol. 10, p. 7-17. Paris.

LAVIGNE, M.-L.; BERNIER, C.; SALES, A. (1989). "Impact du changement technologique sur le travail des caissières de supermarché". *Annales de l'Acfas*, vol. 57, p. 334.

LECLERC, G. (1979). *L'observation de l'homme - Une histoire des enquêtes sociales*. Paris: Seuil.

LECOMPTE, Y. (1991). "Les mécanismes d'adaptation des malades mentaux chroniques à la vie quotidienne". *Santé Mentale au Québec*, vol. 16, n. 2, p. 99-120.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G.; BOUTIN, G. (1990). *Recherche qualitative: fondements et pratiques*. Montreal: Agence d'Arc.

LIPSON, J.L. (1984). "Combining Researcher, Clinical and Personal Roles: Enrichment or Confusion?" *Human Organization*, vol. 43, n. 4, p. 348-352.

LOFLAND, J. (1971). *Analyzing Social Settings - A Guide to Qualitative Observation and Analysis*. Nova York: Wadsworth.

LOWRY, J. (1981). "Theorising 'Observation'". *Communication and Cognition*, vol. 14, n. 1, p. 7-23.

MARCUS, G.E. & FISCHER, M. (orgs.) (1986). *Anthropology as Cultural Critique: An Experimental Moment in the Human Sciences*. Chicago: University of Chicago Press.

MASSONNAT, J. (1987). "Observer". In: BLANCHET, A.; GHIGLIONE, R.; MASSONNAT, J.; TROGNON, A. (orgs.). *Les techniques d'enquête en sciences sociales: observer, interviewer, questionner*. Paris: Dunot, p. 17-79.

MCCALL, G.M. & SIMMONS, J.L. (orgs.) (1969). *Issues in Participant Observation: A Text and a Reader*. Reading (Mass.): Addison-Wesley.

MEAD, M. (1953). *The Study of Culture at a Distance*. Chicago: University of Chicago Press.

MINTZBERG, H. (1979). "An Emerging Strategy on Direct Research". *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, p. 582-589.

MONTANDON, C. (1983). "Problèmes éthiques de la recherche en sciences sociales: le cas d'une étude en milieu carcéral". *Revue Suisse de Sociologie*, vol. 9, n. 2, p. 215-234.

NADEAU, J.G. (1987). "Problématiser pour comprendre et agir". *Actes du colloque de l'Association pour la Recherche Qualitative*, p. 99-120.

NOBLIT, G.W. & HARE, R.D. (1988). *Meta-Ethnography: Synthesizing Qualitative Studies*. Newbury Park (California): Sage.

OGIEN, A. (1986). "L'ordre de la désignation – Les habitués dans les services hospitaliers". *Revue Française de Sociologie*, n. 27, p. 29-46.

PLATT, J. (1983). "The Development of the 'Participant Observation' Method in Sociology: Origin, Myth and History". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, vol. 19, n. 4, p. 379-393.

POURTOIS, J.-P. & DESMET, H. (1989). "Pour une recherche qualitative et néanmoins scientifique". *Réseaux*, n. 55-57, p. 13-35.

RABINOW, P. (1977). *Un ethnologue au Maroc: réflexions sur une enquête de terrain* (1988). Paris: Hachette.

RACINE, P. (1993). "Éthique de recherche qualitative en psychologie: problèmes et intentions". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 51-67.

ROY, S. (1988). *Seuls dans la rue: portraits d'hommes clochards*. Montreal: Saint-Martin.

SABOURIN, C. & GRENIER, R. (1993). "L'éthique de la recherche menée auprès des personnes assistées sociales". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 86-101.

SAINT-JACQUES, D. (1986). "Attitude et aptitude créatives en activités dramatiques". *Annales de l'Acfas*, vol. 54, p. 129.

SANGREN, P.S. (1992). "Rhetoric and the Authority of Ethnography: Postmodernism and the Social Reproduction of Texts". *Current Anthropology*, vol. 33, p. 277-307.

SCHATZMAN, L. & STRAUSS, A.L. (1955). "Social Class and Modes of Communication". *American Journal of Sociology*, vol. 60, n. 4, p. 329-338.

SCHWARTZ, M.S. & SCHWARTZ, C.G. (1955). "Problems in Participant Observation". *American Journal of Sociology*, vol. 60, p. 343-353.

SEIFER, A.M. (1994). "L'éthique de la recherche et les droits collectifs, les problèmes rencontrés dans les recherches participatives en santé au travail". In: *L'éthique en recherche sociale – Atas do colóquio do Conselho Quebequense da Pesquisa Social*. Governo do Québec, p. 41-50.

SPENCER, G. (1973). "Methodological Issues in the Study of Bureaucratic Elites: A Case Study of West Point". *Social Problems*, vol. 21, n. 1, p. 90-103.

SPINDLER, G.D. (1955). *Education and Anthropology*. Stanford (California): Stanford University Press.

SPRADLEY, J.P. (1980). *Participant Observation*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.

STANKO, E. (1980). "What's a Nice Girl like You Doing in a Place like This?" *Crime et/and Justice*, vol. 7-8, n. 3-4, p. 220-225.

TEDLOCK, B. (1991). "From Participant Observation to the Observation of Participation: The Emergence of Narrative Ethnography". *Journal of Anthropological Research*, vol. 47, p. 69-94.

TÉVIANT, S. (1983). "Les études de 'communauté' et la ville: héritage et problèmes". *Sociologie du Travail*, n. 2, p. 243-256.

THRASHER, F.M. (1927). *The Gang* (1963). Chicago: Phoenix.

TREMBLAY, M.-A. (1985). "Une première saison en Acadie ou comment je suis devenu anthropologue sans le savoir". In: GENEST, S. (org.). *La passion de l'échange: terrains d'anthropologues du Québec*. Chicoutimi: Gaëtan Morin, p. 15-52.

_____ (1968). "La technique d'observation". In: TREMBLAY, M.-A. *Initiation à la recherche dans les sciences humaines*. Montreal: McGraw-Hill, p. 271-286.

TRISTAN, A. (1987). *Au front*. Paris: Gallimard.

TROGNON, A. (1987). "Produire des données". In: BLANCHET, A.; Ghiglione, R.; MASSONNAT, J.; TROGNON, A. (orgs.). *Les techniques d'enquête en sciences sociales: observer, interviewer, questionner*. Paris: Dunod, p. 1-10.

VAN DER MAREN, J.-M. (1993). "Éthique et déontologie dans la recherche en éducation - L'éthique dans la recherche qualitative". *Revue de l'Association pour la Recherche Qualitative*, vol. 9, p. 41-50.

VAN MAANEN, J. (1988). *Tales of the Field: On Writing Ethnography*. Chicago: University of Chicago Press.

VERDÈS-LEROUX, J. (1978). *Le travail social*. Paris: Minuit.

VINET, A. (1975). "La vie quotidienne dans un asile québécois". *Recherches Sociographiques*, vol. 16, n. 1, p. 85-112.

WAX, M. (1971). *Doing Fieldwork: Warnings and Advice*. Chicago: University of Chicago Press.

WEBB, S. & WEBB, B. (1932). *Methods of Social Study*. Londres: Longmans, Green.

WERNER, O. & SHOEPFLE, M. (1987). *Systematic Fieldwork - Vol. 1: Foundations of Ethnography and Interviewing. • Vol. 2: Ethnographic Analysis and Data Management*. Beverly Hills (California): Sage.

WHYTE, W.F. (1943). *Street Corner Society: The Social Structure of an Italian Slum* (1993). Chicago: University of Chicago Press.

YEAGER, P.C. & KRAM, K.E. (1990). "Hot Topics in Cool Settings: The Study of Corporate Ethics". *Qualitative Sociology*, vol. 13, n. 2, p. 127-148.